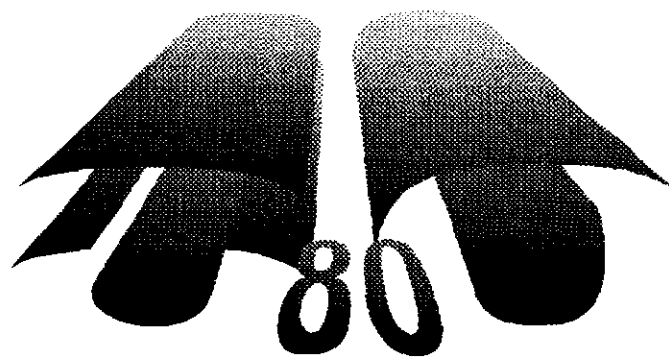


---

# Situação Social da População do Paraná

ANOS





INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

SITUAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DO PARANÁ NOS  
ANOS 80

CURITIBA

JULHO 1992

159s Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econô-  
mico e Social.

Situação social da população do Paraná nos anos  
80 / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Eco-  
nômico e Social. Curitiba : IPARDES, 1992.  
78p.

1.Situação social. 2.Política social. 3.Gastos  
públicos. 4.Educação. 5.Saúde. 6.Habitação. 7.In-  
fra-estrutura. 8.Paraná.I.Título.

CDU 308(816.2)"1980/89"

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CARLOS ARTUR KRÜGER PASSOS - Secretário

FERDINANDO SCHAUENBURG - Diretor Geral

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

MARIANO DE MATOS MACEDO - Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH - Diretor Administrativo-Financeiro

ELVINA MARIA SOARES CHAVES - Diretora do Centro de Pesquisa

EMÍLIO CARLOS BOSCHILIA - Diretor do Centro Estadual de Estatística

JORGE KHALIL MISKI - Diretor do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

EQUIPE TÉCNICA

Maria Luíza de Macedo Soares Marques Dias (economista) - coordenadora, Cleide Maria Perito de Bem (socióloga), Glória Carta (administradora pública), Luzia do Rocio Pires Ramos (economista), Neda Mohtadi Doustdar (socióloga)

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Luíza F. Pilati M. Lourenço (normalização bibliográfica), Maria Cristina Ferreira (editoração), Estelita Sandra Matias (revisão), Maria Laura Zocolotti (processamento de texto), Stella Maris Gazziero de Araújo (capa), Edson Luiz Rigoni (reprografia)

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	1v
LISTA DE GRÁFICOS.....	x1
APRESENTAÇÃO.....	x11
INFORMAÇÕES UTILIZADAS: ALGUMAS RESTRICÇÕES.....	1
DETERMINANTES GERAIS DA SITUAÇÃO SOCIAL.....	3
URBANIZAÇÃO.....	3
INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E CIDADANIA.....	7
CONDIÇÃO DE RENDA.....	10
BREVE VISÃO DE ALGUMAS ÁREAS DE POLÍTICA SOCIAL.....	16
EDUCAÇÃO.....	16
SAÚDE.....	29
HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA.....	49
GASTOS PÚBLICOS ESTADUAIS NA ÁREA SOCIAL: LIMITES E POSSIBILIDADES.....	64
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77

## LISTA DE TABELAS

1 - Taxa de crescimento anual do PIB, no Brasil e Paraná - 1970-89.....	xiii
2 - Taxa de urbanização, no Brasil, Região Sul e Paraná - 1981, 1983-89.....	3
3 - Tamanho médio das famílias, no Brasil, Região Sul, Paraná e Região Metropolitana de Curitiba - 1981, 1983-89.....	6
4 - Proporção de domicílios urbanos, no Brasil, Região Sul e Paraná - 1981, 1983-89.....	7
5 - Proporção de empregados no trabalho principal com carteira assinada pelo empregador, no Brasil, Região Sul, Paraná e RMC - 1981, 1983-89.....	8
6 - Proporção de pessoas ocupadas contribuintes de instituto de previdência, no Brasil, Região Sul, Paraná e RMC - 1981, 1983-89.....	9
7 - Distribuição dos empregados no trabalho principal, por ramo de atividade, no Brasil, Região Sul, Paraná e Região Metropolitana de Curitiba - 1981, 1983-89.....	9
8 - Rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos e mais, no Brasil - 1981, 1983-89.....	11
9 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais com rendimento, segundo classe de percentual, no Brasil - 1981, 1983-89.....	12
10 - índice de Gini da distribuição do rendimento das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, no Brasil - 1981, 1983-89.....	13

11 - Distribuição das pessoas ocupadas, segundo classe de rendimento mensal de todos os trabalhos no Brasil - 1981, 1983-89.....	13
12 - Distribuição das pessoas ocupadas, segundo classe de rendimento mensal de todos os trabalhos, na Região Sul - 1981, 1983-89.....	13
13 - Distribuição das pessoas ocupadas, segundo classe de rendimento mensal de todos os trabalhos, no Paraná - 1981, 1983-89.....	14
14 - Distribuição das pessoas ocupadas, segundo classe de rendimento mensal de todos os trabalhos, na Região Metropolitana de Curitiba - 1981, 1983-89.....	14
15 - Taxa de escolarização de 1º grau, no Paraná - 1980-89.....	17
16 - Rendimento escolar do ensino de 1º grau, no Paraná - 1972-88.....	18
17 - Taxa de alfabetização de pessoas de 10 anos ou mais, no Brasil, Região Sul, Paraná e RMC - 1981, 1983-89.....	20
18 - Taxa de alfabetização funcional de pessoas de 10 anos ou mais, no Brasil, Região Sul, Paraná e RMC - 1981, 1983-89.....	20
19 - Distribuição das pessoas de 10 a 14 anos, por situação de trabalho e freqüência à escola, no Brasil, Região Sul, Paraná e RMC - 1981, 1983-87.....	21
20 - Taxa de escolarização de 2º grau, no Paraná - 1981-89.....	22
21 - Distribuição das pessoas de 15 a 17 anos, por situação de trabalho e freqüência à escola, no Brasil, região Sul, Paraná e RMC - 1981, 1983-87.....	23
22 - Pessoas de 10 anos ou mais economicamente ativas, segundo condição de instrução de alfabetização funcional, no Brasil, Região Sul, Paraná e RMC - 1981-89.....	24

23 - Taxa de escolarização do pré-escolar, segundo as unidades da federação - 1987.....	27
24 - Projeção da população residente, segundo faixa etária, no Paraná - 1981-89.....	29
25 - Coeficiente de esperança de vida ao nascer, no Brasil e Região Sul - 1940 - 1950 - 1960 - 1970 - 1980.....	30
26 - Coeficiente de mortalidade geral, no Paraná, Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba - 1980-88.....	31
27 - Coeficiente de mortalidade geral no Paraná, Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba, 1980-88 - médias trienais.....	32
28 - Coeficiente de mortalidade infantil (menores de 1 ano), no Paraná, Curitiba e municípios da Região Metropolitana de Curitiba - 1980-88.....	33
29 - Coeficiente de mortalidade infantil (menores de 1 ano), no Paraná, Curitiba e municípios da Região Metropolitana de Curitiba - 1980-88 - médias trienais.....	34
30 - Coeficiente de mortalidade materna, no Paraná, Curitiba e municípios da Região Metropolitana de Curitiba - 1980-88.....	35
31 - Coeficiente de mortalidade geral, segundo grupo de causa, no Paraná - 1980-88.....	38
32 - Coeficiente de mortalidade geral, segundo grupo de causa, no Paraná - 1980-88 - médias trienais.....	38
33 - Coeficiente de mortalidade geral, segundo grupo de causa, em Curitiba - 1980-88.....	39
34 - Coeficiente de mortalidade geral, segundo grupo de causa, em Curitiba - 1980-88 - médias trienais.....	39



35 - Coeficiente de mortalidade infantil (menores de 1 ano), segundo grupo de causa, no Brasil - 1979-84.....	41
36 - Coeficiente de mortalidade infantil (menores de 1 ano), por grupo de causa, no Paraná - 1979-88.....	41
37 - Coeficiente de mortalidade infantil (menores de 1 ano), por grupo de causa, no Paraná - 1979-88 - médias trienais.....	41
38 - Coeficiente de mortalidade infantil (menores de 1 ano), por grupo de causa, em Curitiba - 1979-88.....	42
39 - Coeficiente de mortalidade infantil (menores de 1 ano), por grupo de causa, em Curitiba - 1979-88 - médias trienais.....	43
40 - Coeficiente de mortalidade infantil (menores de 1 ano), por grupo de causa, na Região Metropolitana de Curitiba - 1979-83.....	43
41 - Coeficiente de mortalidade infantil de (menores de 1 ano), pelo grupo de causa "doenças infecciosas e parasitárias", nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba - 1984-88.....	44
42 - Coeficiente de mortalidade infantil de menores de 1 ano, pelo grupo de causa "doenças do aparelho respiratório", nos municípios da região metropolitana de Curitiba - 1984-88.....	44
43 - Coeficiente de mortalidade infantil, de menores de 1 ano, pelo grupo de causa "algumas afecções originadas no período perinatal" nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba - 1984-88.....	45
44 - Coeficiente de mortalidade infantil, de menores de 1	

ano, pelo grupo de causa "sintomas, sinais e afecções mal definidas" nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba - 1984-88.....	45
45 - Mortalidade proporcional do grupo etário de menores de 1 ano, no Estado, Curitiba e RMC - 1979-88.....	46
46 - Mortalidade proporcional do grupo etário de 50 anos e mais, no Estado, Curitiba e RMC - 1979-88.....	47
47 - Total de domicílios, por situação, no Paraná - 1981, 1983-89.....	50
48 - Crescimento relativo dos domicílios urbanos, no Brasil, Região Sul, Paraná e Região Metropolitana de Curitiba - 1981-89.....	51
49 - Tipo de domicílio no Brasil, Região Sul, Paraná e Região Metropolitana de Curitiba - 1981, 1983-89.....	52
50 - Crescimento relativo dos domicílios tipo apartamento, no Brasil, Região Sul, Paraná e Região Metropolitana de Curitiba (zona urbana) - 1981-89.....	52
51 - Participação relativa dos domicílios, segundo faixa de renda mensal domiciliar, no Brasil, Região Sul, Paraná e Região Metropolitana de Curitiba - 1981-1988-1989.....	53
52 - Distribuição dos domicílios urbanos, por condição de ocupação, no Paraná - 1981-89.....	54
53 - Proporção de domicílios próprios, segundo faixa de renda, no Paraná - 1981, 1989.....	55
54 - Distribuição de domicílios próprios, por situação da transação, no Paraná, Paraná Urbano e Região Metropolitana de Curitiba - 1981, 1983-89.....	55
55 - Participação dos domicílios, segundo a densidade, no	

Paraná - 1981, 1983-89.....	56
56 - Domicílios abastecidos com água de rede geral e proporção dos domicílios que têm canalização interna, no Paraná, Região Metropolitana de Curitiba, Região Sul e Brasil (áreas urbanas) - 1981, 1983-89.....	57
57 - Proporção de domicílios que possuem instalação sanitária no Paraná, Região Metropolitana de Curitiba, Região Sul e Brasil - 1982-84.....	58
58 - Proporção de domicílios urbanos e rurais que possuem instalação sanitária e escoadouro adequado, no Paraná, Região Metropolitana de Curitiba, Região Sul e Brasil - 1982-84.....	59
59 - Proporção de domicílios urbanos com coleta de lixo, no Paraná, Região Metropolitana de Curitiba, Região Sul e Brasil - 1981, 1983-89.....	60
60 - Proporção de domicílios urbanos e rurais com energia elétrica, no Paraná, Região Metropolitana de Curitiba, Região Sul e Brasil - 1981, 1983-89.....	60
61 - Domicílios urbanos e rurais, por tipo, no Paraná - 1989....	61
62 - Domicílios, urbanos e rurais, segundo densidade por dormitório, no Paraná - 1989.....	62
63 - Relação entre receita e despesa da administração direta do Estado do Paraná - 1980-89.....	65
64 - Despesa realizada por área da administração direta do Estado do Paraná - 1980-89.....	65
65 - Participação dos gastos da administração direta do Estado no PIB do Paraná, por área - 1980-88.....	67
66 - Relação entre gastos sociais e PIB, no Brasil, Região	

	Sul e alguns estados - 1985-89.....	68
67 -	Gastos sociais realizados pela administração direta do Estado do Paraná, por categoria econômica - 1980-89.....	69
68 -	Gastos com programas de ensino da administração direta do Estado do Paraná - 1980-89.....	71
69 -	Gastos com ensino na administração indireta do Estado do Paraná - 1982-89.....	71
70 -	Gastos com o programa de saúde nas administrações direta e indireta do estado do Paraná - 1980-89.....	72
71 -	Gastos realizados pela SANEPAR com o programa de saneamento básico, fonte de recursos, evolução e participação relativa, no Paraná - 1983-89 .....	74
72 -	Gastos realizados pela COHAPAR com o programa de habitação, por fonte de recursos, evolução e participações relativas, no Paraná - 1983-89.....	74

## LISTA DE GRÁFICOS

1 - Despesa por área da administração direta, no Paraná - 1980-89.....	65
2 - Gastos por categoria econômica na área social, no Para- ná - 1980-89.....	69
3 - Gastos no programa educação, das administrações direta e indireta, no Paraná - 1980-89.....	71
4 - Gastos no programa saúde, das administrações direta e indireta, no Paraná - 1980-89.....	73

## APRESENTAÇÃO

Neste documento será analisada a evolução das condições sociais da população paranaense nos anos 80, sempre que possível confrontando-a com a do Brasil e da Região Sul.

O objetivo específico que norteou a elaboração desta análise foi o de obter uma visão atualizada e global da realidade social do Estado, colocando-se como objetivo mais geral repensar a problemática social e suas múltiplas facetas, com o intuito de obter subsídios para a formulação de políticas que tornem mais eficaz a ação do setor público na área social.

Entende-se que essa visão abrangente e evolutiva das condições sociais da população do Paraná é uma complementação necessária aos estudos anteriores, levados a efeito pelo IPARDES, que tiveram como objeto as políticas sociais. Nesses estudos, a ênfase principal foi sobre a atuação do setor público (estadual e/ou municipal) na formulação de políticas e na prestação de serviços à população, enfatizando-se aspectos relativos às demandas sociais em confronto com a oferta de serviços por parte do setor público, bem como os custos de prestação de serviços e as dificuldades operacionais que os mesmos enfrentavam.<sup>1</sup>

Este documento procura fornecer um retrato da situação social da população e sua evolução na década, utilizando, para tanto, indicadores gerais.

---

<sup>1</sup>Ver a esse respeito: IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. As prioridades sociais e as restrições financeiras : o caso do Paraná. Curitiba, 1984; \_\_\_\_\_. Programas sociais na Região Metropolitana de Curitiba : demandas sociais e gastos públicos em habitação, saneamento, saúde e educação. Curitiba, 1988; \_\_\_\_\_. Serviços públicos e política de saúde : documento n.1: Saúde na perspectiva do município - planejamento e execução. Curitiba, 1991.

Esta análise é tanto mais pertinente quanto se tem em vista que os anos 80 caracterizaram-se como um período de dificuldades, com uma trajetória medíocre para a renda e o produto. As expectativas de expansão econômica, progresso social e modernização política frustraram-se nesse período caracterizado pela recessão, crise, estreitamento das possibilidades de emprego, agravamento do conflito distributivo e aumento das tensões sociais.

O início da década, até 1983, foi marcado pelo processo recessivo que, a partir de 1984, começa a se desacelerar. Em 1985 e 1986, há um reaquecimento econômico, com a posterior desaceleração em 1987 e 1988. Esses diferentes períodos de expansão e crise acompanham os diversos planos de estabilização econômica, cujos impactos sobre os rendimentos da população e a situação do emprego foram, de um modo geral, diferenciados.

No Paraná, a tendência de evolução do Produto Interno Bruto (PIB) foi a mesma apresentada em nível nacional, porém com outra intensidade, em face das diferenças na estrutura econômica dessas duas unidades de análise. Os dados da tabela 1 apresentam a evolução das taxas anuais de crescimento do PIB para o Paraná e Brasil.

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DO PIB, NO  
BRASIL E PARANÁ - 1970-89  
(Em %)

PERÍODO	BRASIL <sup>1</sup>	PARANÁ <sup>2</sup>
1970-80	8,6	13,0
1980-84	1,3	3,7
1985-89	4,5	7,6
1980-89	2,9	5,6
1987-89	2,5	7,2

FONTE: <sup>1</sup>IBGE, <sup>2</sup>IPARDES

Os impactos da evolução da renda e de outras variáveis que

afetam a situação social da população estão analisados no capítulo seguinte, onde se abordam os condicionantes gerais dessa situação.

Do ponto de vista dos indicadores das condições de vida da população, o que se verifica, de um modo geral, é uma melhoria desses ao longo da década. Isso poderá ser melhor observado nas análises sobre algumas áreas de política social, apresentadas no capítulo sobre Política Social, onde são analisados temas relativos à situação das crianças e adolescentes quanto ao acesso à escola e sua presença no mercado de trabalho; abordam-se indicadores do nível de saúde da população; e apresenta-se uma visão evolutiva das condições de habitação e infra-estrutura urbana.

No último capítulo, faz-se uma breve avaliação do gasto público estadual, notadamente no que se refere à área social, visando balizar o impacto que se teria com uma administração pública mais voltada para esse lado.

Finalmente, cabe adiantar que, apesar das dificuldades vividas pela população do Estado no período em análise, a não-deterioração de suas condições de vida deveu-se a alguns fatores que merecem ser destacados:

- a) a continuidade do processo de urbanização, garantindo a parcelas crescentes da população o acesso a bens e serviços de caráter social;
- b) a forte expansão do mercado informal de trabalho, que acabou operando como importante mecanismo de preservação da renda e da ocupação da população;
- c) a expansão dos serviços ligados à infra-estrutura urbana (água, esgoto, melhorias domiciliares, iluminação pública, entre outros), ainda como resultado de decisões de investimento tomadas ao final dos anos 70 e início dos anos 80.



### INFORMAÇÕES UTILIZADAS: ALGUMAS RESTRIÇÕES

A fonte básica de informação utilizada neste trabalho é a série da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) que, além de apresentar informações atualizadas para todos os anos da década de 1980, permite comparações entre a situação do Paraná com outras unidades selecionadas: Brasil, Região Sul e Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

A PNAD é uma pesquisa de periodicidade anual, que investiga, de forma permanente, os temas habitação, rendimento e trabalho, associados a aspectos demográficos e educacionais. Para o objetivo deste trabalho, que é o de fornecer uma visão abrangente e atualizada da situação social da população do Paraná, a escolha da PNAD como fonte básica de informação parece ser a mais acertada, visto ser essa a única fonte (à exceção do Censo Demográfico) a ter como base de pesquisa o domicílio.

No entanto, as PNADs apresentam algumas restrições que implicam que se tenha cautela na análise detalhada de seus resultados, o que não invalida, no entanto, que se considerem as tendências e resultados gerais que oferecem.

Assim, cabe alertar para os seguintes pontos:

- a) a PNAD é uma pesquisa anual cuja amostra é expandida com base nas estimativas populacionais realizadas pelo IBGE. Desse modo, quanto mais distante se está dos anos censitários, maior poderá ser a margem de erro embutida na amostra;
- b) em 1982, a amostra da PNAD foi distribuída por um período de 12 semanas, constituindo um procedimento diferente daquele utilizado nos demais anos, o que acaba por afetar

os resultados para esse ano e impedir sua comparação com os anos restantes da série;

c) as informações de rendimento são apresentadas em classes de salário-mínimo, sendo, em 1987 e 1988, em piso nacional de salário. No entanto, ao longo da década, o salário-mínimo acabou sendo uma variável de uso político, também utilizada como instrumento na política de combate à inflação. Como resultado, há ganhos e perdas reais do salário-mínimo, afetando, portanto, as faixas de rendimento consideradas. Assim, em termos reais, o salário-mínimo vigente em setembro de 1989 é superior ao de 1984 em 2,6%; ao de 1987, em 3,9%; e, ao de 1988, em 0,2%. É inferior ao de 1981, em 16,3%; ao de 1983, em 1,5%; e, ao de 1986, em 18,9%.

Além disso, a PNAD não pesquisa anualmente informações sobre o nível de saúde da população. Sendo assim, a análise referente a esse aspecto da condição social da população tem como fontes de informação dados de mortalidade da Secretaria de Estado da Saúde e um estudo recentemente concluído pelo IPARDES.<sup>2</sup>

Finalmente, para a análise dos gastos públicos na área social, consideraram-se as informações fornecidas pelos balanços estaduais, apresentados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Assim, nesses dois últimos casos a análise ficou basicamente restrita ao Estado do Paraná.

---

<sup>2</sup>IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Serviços públicos e política de saúde : documento n.3: Indicadores de saúde: mortalidade no Paraná. Curitiba, 1991. 153p.

## DETERMINANTES GERAIS DA SITUAÇÃO SOCIAL

### URBANIZAÇÃO

Desde os anos 50, o Brasil vem apresentando um crescimento expressivo em sua população urbana. De acordo com os dados do Censo de 1950, apenas 36% da população vivia em área urbana naquele ano; em 1980, esse percentual elevou-se a 68%, chegando a 74%, em 1989.

O quadro da urbanização brasileira apresenta não apenas um aumento do número de habitantes vivendo em cidades mas, principalmente, a concentração cada vez maior da população nos maiores centros urbanos do país.

O Paraná acompanha a tendência nacional, diferindo das demais regiões apenas pela sua intensidade. Entre 1970 e 1980, a proporção de população urbana salta de 36% para 59%, atingindo, em 1989, o índice de 69%.

Pelos dados da tabela 2, é possível comparar a evolução da urbanização no Brasil, Região Sul e Paraná, onde a tendência é a mesma, diferindo apenas o ritmo que a urbanização assume em cada unidade de análise.

TABELA 2 - TAXA DE URBANIZAÇÃO, NO BRASIL, REGIÃO  
SUL E PARANÁ - 1981, 1983-89  
(Em %)

ANO	BRASIL	REGIÃO SUL	PARANÁ
1981	71,15	61,89	60,22
1983	71,35	63,53	62,95
1984	72,40	64,62	64,52
1985	72,58	64,41	64,48
1986	72,83	65,49	65,67
1987	73,20	66,47	66,94
1988	73,63	66,95	68,28
1989	74,32	67,64	68,93

FONTE: PNAD - IBGE

Também o processo de concentração urbana marca o crescimento da população paranaense. Segundo estudos de projeção demográfica em execução no IPARDES, o número de municípios com população urbana superior a 50 mil habitantes eleva-se de 5, em 1970, para 22, em 1990; em 1970, essas áreas concentravam cerca de 40% da população urbana estadual, estimando-se que esse valor atinja 60%, em 1990.

Do ponto de vista das condições sociais da população, o fenômeno da urbanização será um condicionante importante em face da íntima relação urbanização/migração, dentro do processo de profunda modificação no sistema produtivo rural do país - notadamente nas Regiões Sul/Sudeste e Centro-Oeste - a partir dos anos 70.

Assim, associam-se de forma intensa os processos de urbanização e marginalidade social, na medida em que a migração atinge com maior impacto a população mais pobre que, uma vez destituída do acesso à terra e/ou dos meios de produção rural, tende a se concentrar nas áreas periféricas dos principais centros urbanos. Estes processos estão ligados, muitas vezes, ao deslocamento da população mais pobre internamente à própria região urbana, em função da expulsão dos moradores de certas áreas em razão da implantação de infraestrutura, elevação do preço dos terrenos e, até mesmo, pela imposição de uma legislação urbana mais rigorosa.

Nesse sentido, cabe destacar que, mais importante que a concentração da população urbana em si, é o fato de essa população ter baixo nível de renda, tornando mais aparentes os efeitos da pobreza urbana.

Do ponto de vista da formulação de políticas públicas na área social, essa população migrante, de baixa renda e concentrada em áreas periféricas dos principais aglomerados urbanos do Estado, é que se constitui na clientela típica dos programas sociais conduzidos pelo poder público. Nesse sentido, quanto mais rápido for

o crescimento da população e quanto mais intensas as modificações em sua estrutura, tanto mais ágeis devem ser os mecanismos públicos de prestação de serviços na área social.

A Região Metropolitana de Curitiba fornece um significativo exemplo da rapidez das mudanças impostas pelas transformações demográficas sobre as demandas sociais. Essa região, que apresenta problemas típicos de metropolização, teve uma elevação em sua taxa de urbanização de cerca de 80% para 92%, entre 1970 e 1980, estimando-se que tenha atingido a cifra de 95%, em 1990. Com isso, prevê-se que a participação da população urbana regional no total da população urbana do Estado atinja, em 1990, cerca de 32%, contra 30% em 1980, enquanto em termos de população total o contingente regional evolui de 19% para 24%, nessa última década.

A esse aumento da concentração regional da população corresponde uma ampliação das pressões no sentido da criação de oportunidades de emprego e de expansão da oferta de serviços sociais. Assim, enquanto a taxa de crescimento anual estimada para a população urbana da Região Metropolitana de Curitiba é de 4,8% a.a., entre 1980 e 1990, a população ocupada em atividades urbanas evolui, entre 1981 e 1989, em 6,7% a.a., em função da expansão do setor terciário, bem como do mercado informal de trabalho.

Estreitamente associada ao processo de urbanização está a redução do tamanho médio das famílias, que responde a uma redução da fecundidade, a qual tem a ver simultaneamente com a maior presença da mulher no mercado de trabalho e com o aumento dos níveis de pobreza.

Os dois fenômenos foram marcantes em todo o país, nos anos 80, dando seqüência a um processo que foi iniciado nas décadas anteriores.

A redução da fecundidade foi detectada desde a segunda metade

dos anos 60, em mulheres das Regiões Sul e Sudeste. Nos anos 80, atinge mulheres de todas as regiões do país, em níveis sem precedentes. Da mesma forma que a migração, a fecundidade é uma variável sensível ao crescimento econômico e, no Brasil, sua redução vincula-se não apenas à urbanização, mas também à ampliação das dificuldades econômicas de uma grande parcela da população, conforme revelam estudos demográficos recentes.

A ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho, por sua vez, assegura a manutenção da expansão da PEA, mesmo em face do rápido declínio da fecundidade observado nos últimos vinte anos.

Um outro fenômeno relacionado ao tamanho médio das famílias é a tendência, associada à urbanização, de constituição de famílias com um só elemento.

Os dados da tabela 3, a seguir, apresentam a evolução do tamanho médio das famílias nos anos 80 para o Brasil, Região Sul, Paraná e Região Metropolitana de Curitiba, revelando claramente a correlação entre urbanização e redução do tamanho médio das famílias.

TABELA 3 - TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS, NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1981, 1983-89  
(Em %)

ANO	BRASIL	REGIÃO SUL	PARANÁ	RMC
1981	4,34	4,21	4,43	4,04
1983	4,21	4,06	4,28	3,98
1984	4,12	3,99	4,22	3,88
1985	4,09	3,90	4,18	3,79
1986	4,10	3,92	4,15	3,88
1987	4,03	3,84	4,06	3,78
1988	3,98	3,76	3,96	3,72
1989	3,90	3,70	3,87	3,71

FONTE: PNAD - IBGE

Refletindo tanto o processo de urbanização como a redução no tamanho médio das famílias, os dados da tabela 4 apresentam a proporção dos domicílios urbanos no total de domicílios.

TABELA 4 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS URBANOS, NO BRASIL,  
REGIÃO SUL E PARANÁ - 1981, 1983-89

(Em %)

ANO	BRASIL	REGIÃO SUL	PARANÁ
1981	73,75	65,41	63,94
1983	74,63	67,07	66,57
1984	75,22	68,06	68,05
1985	75,55	68,02	68,07
1986	75,63	68,29	68,98
1987	75,82	69,22	70,03
1988	76,26	69,81	70,77
1989	76,70	70,20	71,88

FONTE: PNAD - IBGE

Verifica-se que essa proporção amplia-se rapidamente em todas as unidades de análise consideradas. Posteriormente, serão analisadas as condições de acesso desses domicílios aos serviços urbanos.

#### INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E CIDADANIA\*

A crise econômica vigente nos primeiros anos da década ocasionou forte retração no mercado de trabalho formal, revelada pela redução na proporção de pessoas empregadas com carteira assinada, até 1983.

De 1984 em diante, há uma retomada desse indicador, que cresce continuamente até o final da década. Os maiores valores observados são encontrados na Região Metropolitana de Curitiba, área mais urbanizada e de maior dinamismo econômico. No Paraná, observam-se menores proporções de empregados com carteira de trabalho assinada pelo empregador, embora o crescimento do indicador seja o mais acelerado dentre as unidades de análise consideradas (tabela 5).

\*Ver IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Diagnóstico da base produtiva do Paraná : anos 80. Curitiba, 1991. 129p. Versão preliminar.

TABELA 5 - PROPORÇÃO DE EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL COM CARTEIRA ASSI-  
NADA PELO EMPREGADOR, NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E RMC - 1981,  
1983-89

(Em %)

ANO	BRASIL	REGIÃO SUL	PARANÁ	RMC
1981	58,1	65,7	55,0	78,0
1983	52,8	63,1	52,3	73,8
1984	54,9	63,6	54,9	74,7
1985	56,5	65,0	56,5	74,1
1986	57,8	66,2	57,0	77,8
1987	58,3	66,1	58,9	77,5
1988	58,7	67,4	61,8	76,4
1989	59,3	68,2	63,1	79,1

FONTE: PNAD - IBGE

No entanto, quando se considera que a carteira de trabalho corresponde a um "passaporte para a cidadania" - pois é a sua posse que assegura o acesso à boa parte dos programas de caráter social propiciados pelo setor público -, verifica-se que pouco mais da metade da população do Paraná poderia ser tomada como sendo constituída por cidadãos, ascendendo essa cifra a 63%, em 1989.

Outro indicador das condições de acesso à cidadania - a partir da inserção no sistema de proteção social do país - pode ser avaliado pela proporção de pessoas ocupadas que contribuem para institutos de previdência .

Também esse indicador apresenta uma redução na primeira metade da década, retomando o valor do início do período a partir de 1986, mantendo-se próximo a 50%.

Na Região Sul, esse indicador apresenta um comportamento oscilante ao longo de toda a década, em torno de 50% de contribuintes para a previdência.

Novamente, os valores mais baixos são encontrados no Paraná e os mais elevados apresentam-se na Região Metropolitana de Curitiba (tabela 6).



TABELA 6 - PROPORÇÃO DE PESSOAS OCUPADAS CONTRIBUINTES DE INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA, NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E RMC - 1981, 1983-89

(Em %)

ANO	BRASIL	REGIÃO SUL	PARANÁ	RMC
1981	49,9	47,5	40,4	75,1
1983	47,7	52,0	44,1	70,9
1984	46,8	49,0	40,3	71,0
1985	47,2	48,1	40,1	68,6
1986	49,9	51,4	45,1	73,4
1987	49,4	49,7	44,1	73,4
1988	50,7	50,7	47,8	73,6
1989	50,6	51,0	45,4	72,2

FONTE: PNAD - IBGE

É bastante claro o paralelismo entre a maior proporção de contribuintes para a previdência social e de trabalhadores com carteira assinada e a maior proporção de empregados em atividades não-agrícolas.

No Paraná, onde no início dos anos 80 pouco mais de 1/4 dos empregados estava ainda vinculado a atividades agrícolas, encontra-se também a menor proporção de trabalhadores com carteira de trabalho assinada e acesso à previdência social. Na Região Metropolitana de Curitiba, onde praticamente não existem empregados em atividades agrícolas, encontra-se a situação oposta (tabela 7).

TABELA 7 - DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGADOS NO TRABALHO PRINCIPAL, POR RAMO DE ATIVIDADE, NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1981, 1983-89

(Em %)

ANO	BRASIL		REGIÃO SUL		PARANÁ		RMC	
	Agrícola	Não-Agrícola	Agrícola	Não-Agrícola	Agrícola	Não-Agrícola	Agrícola	Não-Agrícola
1981	16,7	83,3	16,2	83,8	26,6	73,3	1,9	98,1
1983	15,8	84,2	16,3	83,7	25,9	74,1	3,2	96,8
1984	18,1	81,9	15,4	84,6	22,8	77,2	3,1	96,9
1985	16,9	83,1	14,4	85,6	21,8	78,2	3,1	96,9
1986	15,3	84,7	13,9	86,1	21,9	78,1	2,6	97,4
1987	14,8	85,2	12,4	87,6	19,3	80,7	2,1	97,9
1988	14,2	85,8	11,4	88,6	15,6	84,4	2,1	97,9
1989	13,1	86,9	11,3	88,7	16,8	83,2	1,9	98,1

FONTE: PNAD - IBGE

## CONDIÇÃO DE RENDA

A urbanização e a inserção no mercado de trabalho são importantes condicionantes da situação social da população, mas pode-se dizer que o fator determinante dessa situação é sua condição de renda.

Os maiores impactos da crise econômica dos anos 80 sobre a população fizeram-se sentir exatamente sobre seus rendimentos. Nos primeiros anos da década, a contenção dos salários acompanhou de perto o processo recessivo, representando uma compressão sobre os rendimentos dos assalariados e refletindo no total dos rendimentos, também afetados pela recessão.

A partir de 1985, com o reaquecimento econômico, houve ganhos para os rendimentos de um modo geral e até mesmo para o salário-mínimo, em função da melhoria das condições da economia.

No entanto, é em 1986, com o Plano de Estabilização, que se verifica a mudança mais intensa das variáveis associadas ao rendimento da população. Os ganhos oriundos da aceleração econômica tiveram um impacto positivo sobre os rendimentos, de um modo geral.

A partir de 1987, com a desaceleração do crescimento econômico, os rendimentos sofrem uma perda que, no entanto, não os reduz aos níveis observados em 1985. O Plano Bresser, de junho de 1987, impede o aprofundamento da recessão, mas não assegura crescimento.

Em janeiro de 1989, foi feita outra tentativa de estabilização econômica - o Plano Verão -, adotando-se uma política salarial mais favorável. Com o reaquecimento da economia, obtiveram-se, nesse ano, rendimentos superiores aos observados nos anos de 1987 e 1988 (tabela 8).

TABELA 8 - RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DAS PESSOAS  
DE 10 ANOS E MAIS, NO BRASIL - 1981,  
1983-89

ANO	NOMINAL <sup>a</sup>	REAL <sup>b</sup>
1981	12.558	442
1983	53.671	391
1984	155.027	388
1985	586.012	463
1986	1.708	654
1987	5.055	506
1988	37.866	497
1989	594	594

FONTE: Síntese dos Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1981 a 1989 - IBGE

<sup>a</sup>Valores em Cr\$ até 1985; em Cz\$ de 1986 a 1988; e Ncz\$ em 1989

<sup>b</sup>Inflacionado pelo INPC, com base em setembro de 1989. Valores em Ncz\$

Pode-se dizer, com George Martine, que nos anos 80 as políticas sociais de maior impacto acabaram sendo os choques heterodoxos aplicados na economia, particularmente o Plano Cruzado. Pelo que se sabe, essa iniciativa impôs uma redistribuição de renda importante, mas seus efeitos, evidentemente, não foram duradouros. Os outros planos subsequentes de estabilização tiveram impactos cada vez menores.<sup>4</sup>

De acordo com os dados da PNAD, a característica mais marcante dos anos 80 foi o aumento da concentração de renda no país. Em 1981, os 10% mais pobres detinham 0,9% dos rendimentos de todas as pessoas de 10 anos ou mais de idade, reduzindo-se essa proporção a 0,6%, em 1989.

No extremo oposto, a proporção dos 10% mais ricos amplia-se de 46,6%, em 1981, para 53,2%, em 1989. Considerando-se apenas os que representam 1% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com as maiores remunerações, sua participação eleva-se de 13% do total dos rendimentos para 17,3% (tabela 9).

---

<sup>4</sup>MARTINE, George. A resolução da questão social no Brasil: experiências passadas e perspectivas futuras. In: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Instituto de Planejamento. Para a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas sociais e organização do trabalho. Brasília, 1990. p.108.

TABELA 9 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS COM RENDIMENTO, SEGUNDO CLASSE DE PERCENTUAL, NO BRASIL - 1981, 1983-89

(Em %)

CLASSE DE PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS <sup>a</sup>	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Até 10	0,9	0,9	0,8	0,7	1,0	0,7	0,6	0,6
Mais de 10 a 20	1,8	1,7	1,7	1,7	1,7	1,5	1,4	1,4
Mais de 20 a 30	2,6	2,5	2,5	2,4	2,6	2,4	2,3	2,2
Mais de 30 a 40	3,6	3,4	3,4	3,2	3,1	3,1	3,0	2,7
Mais de 40 a 50	4,5	4,1	4,1	4,0	4,1	4,0	3,8	3,5
Mais de 50 a 60	5,8	5,4	5,5	5,4	5,5	5,4	5,1	4,7
Mais de 60 a 70	7,6	7,2	7,3	7,2	7,3	7,3	6,9	6,5
Mais de 70 a 80	10,5	10,2	10,3	10,2	10,1	10,3	9,8	9,4
Mais de 80 a 90	16,1	16,5	16,3	16,4	15,8	16,3	15,9	15,8
Mais de 90 a 100	46,6	48,1	48,1	48,8	48,8	49,0	51,2	53,2
Mais de 95 a 100	33,4	34,5	34,5	35,1	35,5	35,2	37,3	39,4
Mais de 99 a 100	13,0	14,0	13,7	14,1	15,2	14,5	15,1	17,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Síntese dos Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1981 a 1989 - IBGE

<sup>a</sup>Em ordem crescente de rendimento

Confirma-se, ainda, a importância do ano de 1986 em termos de elevação dos rendimentos médios dos assalariados. Os 10% mais pobres chegaram a ganhar 0,4 salário-mínimo por mês (contra 0,3 em 1989), enquanto 80% dos assalariados chegaram a ganhar 4,7 salários-mínimos mensais naquele ano, caindo essa proporção para 3,9 salários mínimos em 1989.

O índice de Gini, calculado pelo IBGE para medir a concentração da renda, mostra como evolui essa concentração entre 1981 e 1989, em todo o país.

Assim, considerando-se a distribuição dos rendimentos de todas as fontes, os menores resultados aparecem em 1981 (0,572 para o limite inferior e 0,589 para o limite superior), enquanto em 1989 a concentração atinge seu maior índice, 0,635 no limite inferior e 0,652 no limite superior<sup>3</sup> (tabela 10).

<sup>3</sup>O índice de Gini varia de 0 a 1: seria 0 no caso de toda a população ter a mesma renda e atingiria o valor 1 se a concentração da renda fosse total.

TABELA 10 - ÍNDICE DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, COM RENDIMENTO, NO BRASIL - 1981, 1983-89

(Em %)

LIMITE	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Inferior	0,572	0,589	0,587	0,597	0,591	0,601	0,618	0,635
Superior	0,589	0,605	0,604	0,614	0,607	0,617	0,634	0,652

FONTE: Síntese dos Indicadores da Pesquisa Básica da PNAD de 1981 a 1989 - IBGE

Do ponto de vista da distribuição das pessoas ocupadas por classes de rendimento mensal, verifica-se sua evolução ao longo dos anos 80 nos dados das tabelas 11, 12, 13 e 14, a seguir.

TABELA 11 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS, NO BRASIL - 1981, 1983-89

(Em %)

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS)*	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Até 1/2	13,1	13,7	12,1	12,6	8,6	10,7	11,8	27,2
Mais de 1/2 a 1	16,7	19,8	20,4	19,7	19,2	15,0	17,3	**
Mais de 1 a 2	25,6	23,3	22,5	22,5	22,6	23,0	23,7	21,4
Mais de 2 a 5	23,2	21,2	22,3	21,8	26,1	27,1	23,4	25,2
Mais de 5 a 10	7,0	7,6	7,9	8,3	9,2	8,9	8,7	9,3
Mais de 10	4,0	4,3	4,7	5,0	6,1	6,6	6,6	8,2
Sem Rendimento <sup>1</sup>	10,0	9,7	9,7	9,7	7,7	8,1	7,8	8,1
Sem declaração	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7	0,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PNAD - IBGE

\*Em pisos nacionais de salário em 1987 e 1988

\*\*Para 1989, essa classe apresenta percentual equivalente à classe de até 1/2 salário-mínimo

<sup>1</sup>Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios

TABELA 12 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS, NA REGIÃO SUL - 1981, 1983-89

(Em %)

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS)*	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Até 1/2	7,5	6,9	6,9	6,9	4,8	6,4	7,2	18,5
Mais de 1/2 a 1	12,9	16,0	15,8	15,4	15,4	11,7	14,4	**
Mais de 1 a 2	26,0	24,1	22,3	22,7	22,9	23,9	25,6	23,2
Mais de 2 a 5	23,2	21,7	23,0	23,0	26,6	26,8	23,8	26,4
Mais de 5 a 10	6,1	6,8	8,2	8,2	9,1	8,7	8,4	9,2
Mais de 10	3,2	3,9	4,5	4,8	5,6	5,9	5,5	7,8
Sem Rendimento <sup>1</sup>	20,7	20,1	19,0	18,8	15,3	16,1	14,6	14,5
Sem declaração	0,4	0,3	0,3	0,2	0,3	0,5	0,5	0,4
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PNAD - IBGE

\*Em pisos nacionais de salário em 1987 e 1988

\*\*Para 1989, essa classe apresenta percentual equivalente à classe de até 1/2 salário-mínimo

<sup>1</sup>Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios

TABELA 13 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS, NO PARANÁ - 1981, 1983-89

(Em %)

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS) <sup>1</sup>	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Até 1/2	9,0	8,6	8,7	8,1	5,4	6,4	7,3	7,2
Mais de 1/2 a 1	14,1	17,8	17,5	17,2	18,1	13,3	15,9	13,3
Mais de 1 a 2	26,6	23,2	21,3	21,5	25,3	24,1	24,7	24,5
Mais de 2 a 5	21,2	18,9	20,1	20,3	23,9	24,9	23,8	24,3
Mais de 5 a 10	5,4	6,8	7,5	7,7	8,1	8,4	8,7	8,4
Mais de 10	2,8	3,3	4,3	4,7	5,3	5,9	5,5	7,3
Sem Rendimento*	20,7	21,2	20,5	20,3	13,9	16,8	13,9	14,8
Sem declaração	0,2	0,2	0,1	0,2	0,0	0,2	0,2	0,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PNAD - IBGE

<sup>1</sup>Em pisos nacionais de salário em 1987 e 1988<sup>2</sup>Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios

TABELA 14 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS, SEGUNDO CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1981, 1983-89

(Em %)

CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL (EM SALÁRIOS-MÍNIMOS) <sup>1</sup>	DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS							
	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Até 1/2	5,4	4,2	4,7	5,4	2,2	3,2	2,0	2,2
Mais de 1/2 a 1	9,7	12,8	17,4	14,7	12,4	7,2	9,7	7,9
Mais de 1 a 2	30,4	27,3	23,8	25,5	26,1	25,6	26,9	25,0
Mais de 2 a 5	34,5	32,6	30,5	29,4	34,6	37,9	33,8	34,6
Mais de 5 a 10	15,5	18,6	12,0	12,3	12,4	13,2	13,6	13,4
Mais de 10	*	*	8,0	8,4	9,8	10,6	10,8	13,1
Sem Rendimento*	4,4	4,4	3,5	4,1	2,4	2,1	2,9	3,5
Sem declaração	0,1	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2	0,3	0,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PNAD - IBGE

<sup>1</sup>Para 1981 e 1983, essa classe apresenta percentual equivalente à classe de mais de 5 a 10 salários-mínimos<sup>2</sup>Em pisos nacionais de salário em 1987 e 1988<sup>3</sup>Inclusive as pessoas que receberam somente em benefícios

De um modo geral, reduziu-se, na segunda metade da década, a proporção de pessoas ocupadas sem rendimento (formada em sua quase totalidade por trabalhadores não-remunerados), embora seu nível tenha se mantido ainda bastante elevado na Região Sul e no Paraná. Nessas duas unidades, a proporção de pessoas ocupadas sem rendimento reduz-se de um patamar de 20%, na primeira metade da década, para algo em torno de 15%, na segunda.

A maior concentração de pessoas ocupadas se encontra nas classes de rendimento de 1 a 2 e de 2 a 5 salários-mínimos de renda mensal, com predomínio para essa última, em nível de Brasil e Região Metropolitana de Curitiba, e com predomínio da primeira para a Região Sul e Paraná.

De um modo geral, pode-se dizer que cerca da metade das pessoas ocupadas do país possui um rendimento mensal - considerando o conjunto de suas ocupações - de até 2 salários-mínimos. Apenas na Região Metropolitana de Curitiba essa proporção é um pouco menor: 35% das pessoas ocupadas têm um rendimento mensal de até 2 salários-mínimos.

## BREVE VISÃO DE ALGUMAS ÁREAS DE POLÍTICA SOCIAL

### EDUCAÇÃO

No Paraná, ao longo dos anos 80, a rede pública de ensino foi responsável pelo atendimento de 92% do total de alunos matriculados no 1º grau. De 1980 para 1989, a rede escolar estadual aumentou sua participação de 55% para 61% desse total, enquanto a rede escolar municipal diminuía de 37% para 31%. É conveniente lembrar que boa parte dos gastos com ensino nas redes municipais é coberta com recursos repassados pelo Estado através de convênios com as municipalidades. Assim, pode-se dizer que o governo estadual foi o grande responsável pela educação, nessa última década. Neste trabalho, pretende-se mostrar menos a ação do Estado, que o resultado dessa ação ao longo dos anos.

A taxa de escolarização mede o percentual de crianças de uma determinada faixa etária que está freqüentando o grau de ensino adequado à sua idade. Para o ensino de 1º grau, considerado legalmente o ensino básico no Brasil, a idade adequada é a que vai de 7 a 14 anos. No Paraná, durante os anos 80, a taxa de escolarização do 1º grau caiu 6 pontos percentuais (tabela 15); isto quer dizer que, enquanto em 1980 ficaram fora da escola cerca de 286 mil crianças na faixa de 7 a 14 anos, em 1989 esse número aumentou para 442 mil crianças.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup>Eventuais diferenças entre as taxas apresentadas aqui e as divulgadas pela FUNDEPAR devem-se a ajustes realizados nas projeções demográficas do IPARDES.



TABELA 15 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE 1º GRAU, NO  
PARANÁ - 1980-89

ANO	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO
1980	81,7
1981	78,5
1982	79,1
1983	78,7
1984	79,4
1985	77,7
1986	77,5
1987	75,7
1988	75,4
1989	75,8

FORTE DOS DADOS BRUTOS: Censo Demográfico - IBGE,  
Projeções Demográficas -  
IPARDES, Indicadores edu-  
cacionais-FUNDEPAR

A explicação para essa queda está, em parte, na falta de vagas - decorrente da falta de investimento em salas de aula e em professores -, mas também é resultado do baixo rendimento do sistema escolar que, com altas taxas de reprovação e pouca adequação ao universo das crianças, acaba por excluí-las ao longo do período. Tanto é assim que de cada 100 crianças que ingressaram na 1ª série do 1º grau, em 1980, apenas 36 concluíram com aproveitamento a 4ª série, e só 15 foram aprovadas, em 1987, ao final da 8ª série. Pelos dados da tabela 16, observa-se que o rendimento escolar do ensino de 1º grau no Paraná oscilou em torno de 13%, nos períodos 1972-79 e 1978-85, e a partir daí apresentou um pequeno crescimento, resultando no índice de 17% de aproveitamento para os alunos matriculados na 1ª série, em 1981, e que concluíram a 8ª série em 1988.

TABELA 16 - RENDIMENTO ESCOLAR DO ENSINO DE 1º GRAU, NO PARANÁ - 1972-88

ANO	ALUNOS MATRICULADOS NA 1ª SÉRIE (1)	ALUNOS APROVADOS NA 4ª SÉRIE QUATRO ANOS DEPOIS (2)	TAXA DE APROVEITAMENTO DAS QUATRO PRIMEIRAS SÉRIES (X)	ALUNOS APROVADOS NA 8ª SÉRIE OITO ANOS DEPOIS (3)	TAXA DE APROVEITAMENTO DO 1º GRAU (X)
1972	450.875	-	-	-	-
1973	448.523	-	-	-	-
1974	446.484	-	-	-	-
1975	439.264	131.269	29,1	-	-
1976	444.866	134.319	29,9	-	-
1977	447.365	132.826	29,7	-	-
1978	439.376	140.428	32,0	-	-
1979	408.767	142.460	32,0	58.210	12,9
1980	393.044	149.148	33,3	57.306	12,8
1981	372.358	151.541	34,5	56.441	12,6
1982	377.633	144.312	35,3	54.994	12,5
1983	383.499	142.681	36,3	52.827	11,9
1984	388.197	143.797	38,6	52.775	11,8
1985	369.207	148.730	39,4	56.559	12,9
1986	365.616	154.629	40,3	57.743	14,1
1987	352.682	158.368	40,8	58.421	14,9
1988	352.649	161.186	43,7	62.606	17,1

FONTE: Indicadores educacionais - FUNDEPAR

NOTA: A taxa de aproveitamento é calculada dividindo-se o total de alunos aprovados em um determinado ano pelo número de alunos matriculados na 1ª série, três ou sete anos antes

Sabendo-se que no Japão e nos EUA o rendimento escolar é da ordem de 95% (segundo o *Digest of Educational Statistics - 1962*), citado pelo professor Lucas Pereira, no trabalho *Situação e Desempenho do Sistema Educativo no Paraná*), percebe-se que, no Brasil, há muito para ser feito.

Ainda com relação ao 1º grau, convém lembrar o dispositivo constitucional de 1988, que diz: O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria (CF art. 208)".

A Constituição Estadual de 1989, por sua vez, praticamente repete a redação acima em seu artigo 179. Com isso, ficou ampliada a obrigação do Estado com o ensino fundamental, não mais apenas para a faixa etária de 7 a 14 anos, mas também para a totalidade da população que ainda não tenha tido acesso a esse grau de ensino. A

situação é grave, pois já foi constatado que o ensino básico no Paraná, durante os anos 80, não atendeu convenientemente nem mesmo às crianças da faixa etária adequada.

O resultado dessa deficiência do sistema escolar se reflete nas taxas de alfabetização encontradas no Estado. Utilizando-se as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, nota-se que a taxa de alfabetização de pessoas de 7 anos ou mais cresceu de 80%, em 1981, para 86%, em 1989, permanecendo, porém, sempre abaixo da média encontrada para a Região Sul, que foi de 84% e 89%, respectivamente, no mesmo período.

Todavia, pode-se questionar o uso dessa taxa argumentando que se a idade para ingresso na escola é de 7 anos, as crianças dessa idade não têm obrigação de já estarem alfabetizadas. Outro questionamento, mais sério, diz respeito ao conceito de alfabetização utilizado. Para a PNAD, considera-se alfabetizada a pessoa capaz de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhece. É um conceito muito amplo, capaz de, por si só, elevar a taxa de alfabetização a níveis irrealistas. Deve-se considerar, ainda, que as pessoas que constituem objeto da pesquisa não são testadas sobre a veracidade dessa afirmativa.

Por outro lado, tem-se firmado entre os pesquisadores e especialistas em educação o conceito de alfabetização funcional, aceito internacionalmente. Segundo esse conceito, considera-se funcionalmente alfabetizada a pessoa que frequentou pelo menos quatro anos de escola e assim se tornou capaz de ler, entender e reproduzir o que lê. Esse seria o ponto limite entre a possibilidade de avanço autodidata e a regressão ao semi-analfabetismo.

Os dados das tabelas 17 e 18 permitem comparar a diferença na taxa de alfabetização simples e funcional de pessoas de 10 anos ou mais.

TABELA 17 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E RMC-1981, 1983-89

(Em %)

UNIDADE ADM.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Brasil	77,7	78,5	79,2	79,8	80,5	80,7	81,5	81,8
Região Sul	85,8	86,3	87,0	88,8	87,8	88,7	88,7	89,2
Paraná	81,8	82,0	83,8	84,5	83,8	85,4	86,4	86,7
RMC	91,2	91,2	91,3	92,5	91,9	93,6	93,1	93,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD - IBGE

TABELA 18 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL DE PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS, NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E RMC - 1981, 1983-89

(Em %)

UNIDADE ADM.	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Brasil	50,4	52,5	53,3	54,7	55,7	56,5	57,3	58,3
Região Sul	57,8	59,8	60,4	62,2	63,1	64,0	64,0	66,1
Paraná	49,2	51,7	52,8	53,9	55,1	57,3	57,5	60,3
RMC	65,7	67,5	68,4	69,2	70,2	73,3	71,0	71,9

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD - IBGE

Por essas tabelas, nota-se que o Paraná apresenta taxas inferiores às da Região Sul e bem inferiores às da Região Metropolitana de Curitiba. No que tange à alfabetização funcional, a situação do Estado é praticamente igual à do Brasil, ou seja, 40% das pessoas de 10 anos ou mais são analfabetas ou semi-analfabetas; de qualquer forma, são incapazes de continuarem sozinhas o seu processo de formação. Nada mais precisa ser acrescentado para enfatizar a gravidade dessa situação, que está ligada diretamente à proporção de crianças que deixam de freqüentar a escola na idade apropriada.

Os dados da tabela 19 mostram a maior precariedade da situação do Paraná em relação à da Região Sul e até à do Brasil, no que toca à quantidade de crianças de 10 a 14 anos que somente estudam ou que somente trabalham.

TABELA 19 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 10 A 14 ANOS, POR SITUAÇÃO DE TRABALHO E FREQUÊNCIA À ESCOLA, NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E RMC - 1981, 1983-87

UNIDADE ADM.	ANO	TOTAL ABSOLUTO	SOMENTE ESTUDAM	TRABALHAM E ESTUDAM <sup>1</sup>	SOMENTE TRABALHAM <sup>1</sup>	AFAZERES DOMÉSTICOS	NÃO REALIZAM NENHUMA DESSAS ATIVIDADES
Brasil	1981	14.223.452	69,9	8,6	10,8	7,4	3,4
	1983	14.382.418	71,8	9,0	9,5	6,8	2,9
	1986	15.416.676	72,1	9,2	9,6	6,2	2,9
	1987	15.495.674	72,7	9,5	9,2	5,7	3,0
Região Sul	1981	2.329.677	63,9	14,5	13,2	6,4	2,0
	1983	2.261.091	65,4	12,7	13,1	6,6	2,1
	1986	2.303.000	68,9	10,3	14,5	7,3	1,9
	1987	2.270.600	68,4	10,6	13,2	5,4	2,4
Paraná	1981	922.040	59,2	16,5	15,4	7,2	1,6
	1983	979.521	60,9	14,0	15,2	7,7	2,2
	1986	1.006.666	66,1	10,3	14,5	7,3	1,9
	1987	952.718	65,2	10,5	15,8	6,5	2,0
RMC	1981	171.689	80,7	4,7	7,3	4,9	2,3
	1983	171.568	81,2	3,4	5,8	7,3	2,3
	1986	199.317	84,0	4,6	5,6	4,5	1,3
	1987	202.347	81,6	5,8	6,0	4,8	1,9

FONTE: PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil : sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes, 1981, 1983, 1986, 1987. Rio de Janeiro : IBGE, 1988-1990

<sup>1</sup>Inclusive procurando emprego

Observa-se que o Paraná apresenta o menor índice de crianças que somente estudam e o maior índice de crianças que somente trabalham. Se for somado o índice das crianças que trabalham e estudam ao índice das que somente trabalham e realizam afazeres domésticos, tem-se que cerca de 1/3 das crianças de 10 a 14 anos estão de alguma forma envolvidas com o trabalho, em detrimento da escola. É do Paraná, também, o maior índice de crianças que realizam afazeres domésticos, estando incluídas nessa classificação aquelas que precisam abandonar a escola para cuidar da casa e de irmãos menores enquanto os pais saem para o trabalho.

Do que foi exposto, pode-se concluir que a situação da educação, no Estado, no que toca ao ensino regular de 1º grau e ao atendimento das crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, não obstante os pequenos avanços alcançados ao longo da década, é ainda bastante precária.

O ensino de 2º grau e o atendimento às pessoas na faixa de 15 a 17 anos não apresentam um quadro mais satisfatório. Poucos alunos matriculados no 1º grau conseguem concluí-lo com aproveitamento a ponto de estarem aptos a cursarem o 2º grau. Esse fator se reflete na taxa de escolarização dos alunos de 15 a 17 anos, que não chega a 1/5 do conjunto de pessoas dessa idade, conforme se pode ver pelos dados da tabela 20.

TABELA 20 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DE 2º GRAU,  
NO PARANÁ - 1981-89  
(Em %)

ANO	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO
1981	15,9
1982	16,0
1983	15,6
1984	15,9
1985	15,5
1986	16,0
1987	16,3
1988	17,0
1989	18,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Projeções demográficas-  
IPARDES  
Indicadores educacionais-  
FUNDEPAR

Esse grau de ensino no Estado também recai, em sua maior parte, sobre o setor público. A rede particular atendeu, em média, nessa década, a 22% das matrículas, o governo federal foi responsável por cerca de 3%, e coube à rede pública estadual o atendimento às 75% restantes.

A baixíssima taxa de escolarização reflete o precoce envolvimento dos jovens com o mercado de trabalho. Os dados da tabela 21 mostram que, no Paraná, quase a metade das pessoas com idade de 15 a 17 anos somente trabalha. Somando-se a essas pessoas aquelas que trabalham e estudam e as que se dedicam a afazeres domésticos, tem-se que 78% dos jovens adolescentes estão trabalhando (tabela 21).

TABELA 21 - DISTRIBUIÇÃO DAS PESSOAS DE 15 A 17 ANOS, POR SITUAÇÃO DE TRABALHO E FREQUÊNCIA À ESCOLA, NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E RMC - 1981, 1983-87

(Em %)

UNIDADE ADM.	ANO	TOTAL (ABSOLUTO)	SOMENTE ESTUDAM	TRABALHAM E ESTUDAM <sup>1</sup>	SOMENTE TRABALHAM <sup>1</sup>	AFAZERES DOMÉSTICOS	NÃO REALIZAM NENHUMA DESSAS ATIVIDADES
Brasil	1981	8.442.209	36,6	16,0	33,4	11,2	2,8
	1983	8.352.073	35,9	16,9	33,5	11,5	2,8
	1986	8.621.279	34,3	17,8	33,4	11,2	3,2
	1987	8.670.077	34,0	18,2	34,2	10,7	2,9
Região Sul	1981	1.428.575	26,1	14,8	45,5	11,2	2,4
	1983	1.349.714	25,3	14,7	45,7	12,1	2,2
	1986	1.317.356	24,8	15,7	46,1	11,3	2,1
	1987	1.389.077	23,8	15,3	48,7	10,5	1,7
Paraná	1981	567.988	23,0	17,1	45,2	13,1	1,6
	1983	572.082	21,5	18,4	45,7	12,8	1,6
	1986	531.287	19,7	18,8	47,5	12,8	1,3
	1987	595.928	20,2	17,4	48,4	12,0	1,7
RMC	1981	106.274	37,9	16,0	30,9	11,6	3,6
	1983	100.792	38,9	14,2	29,2	13,8	3,9
	1986	110.433	31,1	17,2	37,6	12,7	1,5
	1987	122.461	34,0	17,5	38,6	7,6	2,3

FONTE: PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil : sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes, 1981, 1983, 1986, 1987. Rio de Janeiro : IBGE, 1988-1990

<sup>1</sup>Inclusive procurando emprego

Comparando-se os resultados referentes ao Paraná com os do Brasil e da Região Sul, nota-se que nesta o adolescente enfrenta a pior situação, em termos de estudos. Considerando o Brasil como um todo, 52% dos adolescentes somente estudam ou trabalham e estudam, enquanto na Região Sul e no Paraná apenas 39% e 37%, respectivamente, estão nessa mesma situação. Como a Região Metropolitana de Curitiba acompanha a média nacional - 52% dos adolescentes estudam -, imagina-se quão precário deva ser o quadro das pessoas de 15 a 17 anos no interior do Estado.

As deficiências resultantes do baixo rendimento do sistema educacional paranaense se refletem no mercado de trabalho e na atividade econômica estadual.

A atividade econômica que mais gera aumento de capital e desenvolvimento econômico é a indústria de transformação. Tal atividade continuamente incorpora avanços tecnológicos e seu grau de

competitividade é o que determina sua permanência no mercado. Porém, quanto mais os equipamentos se modernizam, maior passa a ser a necessidade de mão-de-obra qualificada. Considerando o quadro educacional do Estado, pergunta-se se os trabalhadores paranaenses estarão à altura de suprir as necessidades das indústrias que aqui poderão se instalar nesta virada de milênio.

Os dados da tabela 22 mostram que se o critério de escolha para instalação de uma empresa for a qualificação da mão-de-obra, os empresários, necessariamente, escolherão um dos outros dois estados da Região Sul, pois a População Economicamente Ativa do Paraná é menos instruída e menos alfabetizada do ponto de vista funcional que a daqueles estados.

TABELA 22 - PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS ECONOMICAMENTE ATIVAS, SEGUNDO CONDIÇÃO DE INSTRUÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL, NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E RNC - 1981-89

(Em %)

UNIDADE ADM. CONDIÇÃO DE INSTRUÇÃO/ALFABETIZAÇÃO FUNCIONAL	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
<b>Brasil</b>									
Sem instrução e com menos de um ano de instrução	20,8	21,7	20,1	19,5	18,9	17,5	17,2	16,9	...
Funcionalmente analfabetos	63,8	63,2	61,6	60,0	58,6	56,5	55,3	54,5	...
Funcionalmente alfabetizados	36,2	36,8	38,4	40,0	41,4	43,5	44,7	45,5	...
<b>Região Sul</b>									
Sem instrução e com menos de um ano de instrução	12,8	12,6	12,0	11,2	10,4	10,0	9,4	9,8	8,9
Funcionalmente analfabetos	62,3	61,0	59,2	57,5	55,9	53,1	51,7	51,2	49,7
Funcionalmente alfabetizados	37,7	39,0	40,8	42,5	44,1	46,9	48,3	48,8	50,3
<b>Paraná</b>									
Sem instrução e com menos de um ano de instrução	17,3	19,0	17,5	15,8	14,7	14,5	13,5	13,5	11,5
Funcionalmente analfabetos	70,9	70,2	67,1	66,2	65,1	62,3	59,9	58,8	57,9
Funcionalmente alfabetizados	29,1	29,8	32,9	33,8	34,9	37,7	40,1	41,2	42,1
<b>RNC</b>									
Sem instrução e com menos de um ano de instrução	7,3	8,1	7,3	7,2	6,6	6,6	4,8	5,8	4,8
Funcionalmente analfabetos	51,7	50,3	48,7	47,8	45,9	45,2	38,4	42,4	41,6
Funcionalmente alfabetizados	48,3	49,7	51,3	52,2	54,1	54,8	61,6	57,6	58,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: PNAD-IBGE

Nesse contexto, é importante lembrar a experiência recente do Japão e dos "tigres asiáticos" Coréia do Sul e Taiwan.

Segundo estudo elaborado por professores e economistas das Faculdades Integradas Cândido Mendes, divulgado em matéria do jornal *O Estado do Paraná*, de 9 de dezembro de 1990, a taxa de



analfabetismo simples nesses países oscila entre 1% e 2%, nos últimos anos.<sup>7</sup> Convencido de que para o país fazer frente aos desafios da nova política industrial terá de promover uma revolução no setor educacional, o economista Leonardo Burlamaqui pesquisa as lições que poderão ser tiradas da experiência daqueles países e afirma: não é apenas uma questão de acabar com o analfabetismo, mas de fazer com que o analfabeto se torne um cidadão, com capacidade de pensar os processos produtivos.

A produtividade de cada centavo investido na educação retorna em pouco tempo, se bem aplicado, garante Vicente Barreto, ex-presidente da Fundação Educar, lembrando o caso da Coreia do Sul que, de uma situação parecida com a do Brasil, nos anos 70, deu um salto de muitos anos à frente: As amplas e ambiciosas reformas educacionais na Coreia do Sul e Taiwan, ao fim da Segunda Guerra Mundial, proporcionaram taxas de universitários por habitante de um para 40 e um para 45, respectivamente, contra um para 94 do Brasil. Além disso, entre 82 e 84, a Coreia do Sul quintuplicou os seus gastos em pesquisa e desenvolvimento.

Tenha-se presente que não se está falando de ensino profissionalizante ou treinamento de mão-de-obra, mas sim do acesso ao saber universal acumulado, do estudo de história, geografia, ciências, além da língua nacional e da matemática. A solução não é oferecer um ensino mais pobre para os pobres, mas dar a todas as crianças e adolescentes a possibilidade de aprender a pensar.

Além da necessidade de investir em educação para fazer frente ao desenvolvimento econômico que se deseja, também a Constituição Federal de 1988, no artigo 60 das Disposições Transitórias, estabelece prazo até 1998 para o poder público eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental. A Constituição Estadual de 1989, no Artigo 18 das Disposições Transitórias, impõe essa obrigação aos "poderes públicos estadual e municipal".

Enquanto atende de forma pouco satisfatória aos níveis de ensino básico e intermediário, o governo do Paraná investe no ensino

---

<sup>7</sup>TIGRES asiáticos : exemplo para educação. O Estado do Paraná, Curitiba, 9 dez. 1990. p.8.

de 3º grau, constitucionalmente de competência da União (CF art. 211, parágrafo 1º). Do total de alunos matriculados em escolas superiores no Paraná, nesta década, 32%, em média, cursavam estabelecimentos particulares; os outros 68% estavam na rede pública, dos quais a rede estadual atendia, em 1981, a cerca da metade. Mas, um gradual e persistente crescimento do número de matrículas nessa rede ao longo do período fez com que, em 1988, o Estado se tornasse responsável pelo atendimento de 46% dos 93 mil alunos do ensino superior.

Cabe observar, ainda, que desde 1988 a questão educacional não está mais restrita ao ensino básico e de 2º grau; a nova Constituição colocou, também, entre os deveres do poder público para com a educação, o de garantir atendimento em creche e pré-escola a crianças de zero a seis anos (CF art. 208, IV). A Constituição do Paraná colocou essa obrigação em seu artigo 179, inciso X.

No Paraná, o ensino pré-escolar, durante os anos 80, atendeu em média a 49% das crianças de 0 a 6 anos. A rede particular foi responsável por cerca de 19% desse total, restando 30% para a rede pública, dos quais 11% para a estadual e 19% para a municipal. Essas informações são da FUNDEPAR e o total de crianças nessa faixa etária foi obtido através das projeções demográficas realizadas pelo IPARDES. A FUNDEPAR considera como ensino pré-escolar, para fins de estatística educacional, todo atendimento a crianças de 0 a 6 anos, incluindo creches e ensino pré-escolar propriamente dito, destinado a crianças de 4 a 6 anos.

Apenas pelas informações disponíveis na FUNDEPAR e no IPARDES não é possível saber como está o atendimento às crianças de 0 a 4 anos, em termos de creche ou pré-escola, sendo necessária, portanto, uma pesquisa específica a esse respeito.

Quanto à taxa de escolarização do ensino pré-escolar para crianças de 5 e 6 anos, esta pode ser calculada para o ano de 1987 graças às tabulações especiais da PNAD utilizadas no estudo do IBGE

intitulado *Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil*. O resultado encontrado está nos dados da tabela 23, pela qual se nota que o Paraná apresenta a terceira menor taxa. Com os dados disponíveis não foi possível perceber por que a média nacional e a dos estados do Norte e Nordeste são tão elevadas. Resta a evidência de que, no Paraná, só 26,8% das crianças de 5 a 6 anos são atendidas pela pré-escola.

TABELA 23 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO PRÉ-ESCOLAR, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1987

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL DE 5 E 6 ANOS	TOTAL DE MATRÍCULAS DE 5 E 6 ANOS NO PRÉ-ESCOLAR	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO (%)
Rondônia	29.138	11.850	40,7
Acre	13.016	3.688	28,3
Amazonas	79.855	31.305	39,2
Roraima	5.054	2.137	42,3
Pará	139.465	72.811	52,2
Amapá	5.830	3.887	66,7
Região Norte	272.358	125.678	46,1
Maranhão	316.629	127.585	40,3
Piauí	160.705	70.415	43,8
Ceará	340.640	170.149	50,0
Rio Grande do Norte	126.855	55.026	43,4
Paraíba	174.240	74.305	42,6
Pernambuco	386.387	153.835	39,8
Alagoas	141.666	43.020	30,4
Sergipe	72.311	36.922	51,1
Bahia	658.998	247.632	37,6
Região Nordeste	2.378.431	978.889	41,2
Minas Gerais	790.898	303.994	38,4
Espírito Santo	132.436	46.455	35,1
Rio de Janeiro	608.415	324.828	53,4
São Paulo	1.493.877	677.168	45,3
Região Sudeste	3.025.626	1.352.445	44,7
Paraná	441.659	118.231	26,8
Santa Catarina	208.766	67.680	32,4
Rio Grande do Sul	393.421	98.172	25,0
Região Sul	1.043.846	284.083	27,2
Mato Grosso do Sul	93.267	26.648	28,6
Mato Grosso	93.285	20.027	21,5
Goiás	264.269	84.509	32,0
Distrito Federal	94.658	55.105	58,2
Região Centro-Oeste	545.479	186.289	34,2
Brasil	7.265.740	2.927.384	40,3

FONTE: PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil : sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes, 1987. Rio de Janeiro : IBGE, 1990

NOTA: Nos estados da Região Norte exclusive a população rural

Apesar dos esforços realizados pelo setor público, particularmente pelo governo estadual, a situação educacional paranaense ainda deixa muito a desejar. Estão fora da escola cerca de 450 mil crianças entre 7 e 14 anos e aproximadamente a metade do número de adolescentes de 15 a 17 anos; o analfabetismo funcional

entre os trabalhadores, apesar de decrescente, atinge a alarmante taxa de 58%; cerca de 13% da população com 10 anos ou mais não é capaz sequer de rabiscar um bilhete simples; mais da metade das crianças de 0 a 6 anos não recebe atendimento em creche ou pré-escola. Por outro lado, ao longo dos anos 80, ampliou-se a estadualização do ensino superior, que estendeu a gratuidade do ensino e constituiu uma rede de universidades e faculdade que concentra a grande maioria dos alunos do ensino superior do Estado.

A educação é direito de todos e dever do Estado. O atendimento a crianças e adolescentes é prioridade nacional. O contribuinte paranaense do ano 2000 está ou deveria estar na escola em 1991.

Como observação final, é importante lembrar que todas as informações apresentadas neste trabalho fazem parte das estatísticas oficiais do país, mas sabe-se que existe uma parcela da população que não tem sido atingida pelos pesquisadores e, conseqüentemente, não está integrando qualquer estatística. São os meninos e meninas de rua, os mendigos e andarilhos e até famílias empobrecidas que estão morando nas ruas. Esse grupo, por não ter endereço ou local de referência, já que perambula pelas cidades maiores e dorme em praças e calçadas, não tem como ser encontrado pelo pesquisador do Censo ou das pesquisas domiciliares. Assim, não se pode saber quantas são essas pessoas nem onde estão. Pela observação do movimento nas grandes cidades, entretanto, percebe-se que estes grupos vêm aumentando e que, evidentemente, deve ser prioridade do Estado reintegrá-los à sociedade, sendo necessário, portanto, localizá-los e quantificá-los. Nesse sentido, é urgente inovar os métodos de pesquisa, a fim de atingir também esses segmentos marginalizados da população.

As projeções demográficas realizadas pelo IPARDES mostram que a população paranaense envelheceu, ao longo da década 80, dado que a proporção de jovens diminuiu em favor do aumento da população com 18 anos ou mais. Esse aspecto pode ser observado pelos dados da tabela 24, os quais apontam o grupo entre 0 e 17 anos representando pouco mais de 40% da população total do Estado.

TABELA 24 - PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, NO PARANÁ - 1981-89

(Em %)

FAIXA ETÁRIA	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
0 a 6 anos	19,0	18,7	18,4	18,1	17,9	17,4	17,0	16,6	16,1
7 a 14 anos	20,7	20,5	20,3	20,2	20,0	20,0	19,9	19,9	19,8
15 a 17 anos	7,2	7,2	7,1	7,0	6,9	6,8	6,8	6,7	6,7
0 a 17 anos	46,9	46,4	45,8	45,3	44,8	44,2	43,7	43,2	42,6
18 ou mais	53,1	53,6	54,2	54,7	55,2	55,8	56,3	56,8	57,4
TOTAL	7.766.088	7.913.490	8.072.155	8.242.547	8.425.329	8.617.259	8.822.523	9.041.867	9.276.048

FONTE: IPARDES

Para fins de planejamento e programação, ao início dos anos 90, está entre 30% e 40% do total o tamanho da população que o governo estadual é chamado a atender, constitucionalmente, com serviços de educação.

## SAÚDE

Ao se analisar o perfil de mortalidade de uma determinada população, se estabelece uma relação entre seu quadro de saúde e suas condições de existência. Assim, analisando-se o quadro de doenças que levam à morte uma população e considerando um conceito ideal de saúde,<sup>9</sup> é possível avaliar o padrão de atendimento com o qual os indivíduos se confrontam no cotidiano.

Nesse contexto, o quadro de mortalidade constitui subsídio importante para o planejamento das ações de saúde, contribuindo para atender às necessidades mais gerais da população.

Esta análise utiliza os dados oficiais do Estado do Paraná,

<sup>9</sup>A Organização Mundial da Saúde (OMS) define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não somente como a ausência de doença ou enfermidade, eliminando, dessa forma, uma conotação meramente médico-assistencial.

os quais são levantados, sistematizados e divulgados pela Secretaria Estadual de Saúde (SESA), sendo referentes a uma série histórica compreendida entre os anos de 1979 e 1987, em que se procura verificar o quadro de saúde da população paranaense, comparando-o ao contexto nacional.

A questão da qualidade das informações dos principais indicadores de saúde (coeficientes de mortalidade geral, infantil e materna) remete à necessidade de uma avaliação das variáveis explicativas do comportamento das Estatísticas Vitais, na medida em que se trata de informações contidas tanto nos registros de óbito - os quais são passíveis de sub-registro -, como também da utilização de estimativas populacionais fora dos anos censitários. No entanto, por se tratar de informações específicas quanto à causa do óbito, sua utilização permite uma análise do quadro de saúde da população, apontando, a partir daí, as medidas necessárias para uma maior adequação dos serviços de saúde e melhor otimização dos recursos destinados ao setor.

Os dados da tabela 25 revelam um declínio histórico na mortalidade brasileira, no período de 1940-80, ao se verificar um acréscimo nos números relativos à esperança de vida.

TABELA 25 - COEFICIENTE DE ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, NO BRASIL E REGIÃO SUL - 1940 - 1950 - 1960 - 1970 - 1980

UNIDADE ADM.	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (ANOS)				
	1940	1950	1960	1970	1980
Brasil	41,53	45,51	51,64	53,46	60,08
Região Sul	-	53,50	60,40	60,70	67,20
Paraná	43,96	47,15	58,54	57,37	64,95
Santa Catarina	51,08	53,81	60,46	60,02	66,99
Rio Grande do Sul	51,92	57,21	65,43	64,57	69,58

FONTE: RODRIGUES, Roberto do Nascimento. A dinâmica demográfica da Região Sul e seus fatores determinantes: documento síntese. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4, 1984. Águas de São Pedro. Anais. São Paulo: ABEF, 1986. v.4, p.1979.

Acredita-se que os ganhos recentes na mortalidade brasileira, e, particularmente, na paranaense, têm se dado mais em razão de algumas medidas públicas e institucionais de controle médico-sanitário, do que de uma melhora na situação sócio-econômica da

sanitário, do que de uma melhora na situação sócio-econômica da população. O Paraná, no entanto, ao mesmo tempo em que apresenta uma situação melhor do que a média nacional, encontra-se como o pior estado da Região Sul, em termos de esperança de vida ao nascer.

A partir dos dados da tabela 26, verifica-se que o coeficiente de mortalidade geral no Estado e em Curitiba encontra-se em constante declínio, nessa década. Entretanto, Curitiba apresenta taxas superiores à média do Estado. Da mesma forma, observou-se que boa parte dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba apresenta tendência de declínio nos coeficientes de mortalidade geral, ao longo de todo o período.

TABELA 26 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL, NO PARANÁ, CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1980-88

(1.000 hab.)

UNIDADE ADM.	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Estado	6,62	6,02	5,69	5,82	5,59	5,42	5,28	5,01	5,05
Curitiba	6,77	6,60	6,27	6,00	5,50	5,34	5,43	5,40	5,33
RMC <sup>1</sup>	6,17	6,17	5,43	5,65	5,60	5,26	5,14	4,03	5,75
Almirante Tamandaré	5,84	5,11	4,72	4,45	5,04	4,66	2,09	2,09	3,29
Araucária	7,01	6,39	5,59	5,82	5,55	5,04	4,04	4,15	4,14
Campo Largo	6,56	6,73	6,44	6,25	5,49	5,14	4,56	3,87	4,60
Colombo	5,07	5,07	3,70	3,78	4,30	3,78	3,02	3,10	3,23
Mandirituba	7,02	7,33	5,35	6,53	6,26	5,61	7,13	5,98	6,82
Piraquara	4,83	4,74	4,21	4,68	3,84	3,64	3,46	2,99	2,86
São José dos Pinhais	6,21	6,69	6,56	6,09	5,99	5,32	4,96	4,22	4,15
Balsa Nova	9,10	7,69	6,68	5,13	6,88	7,34	2,79	3,59	6,54
Bocaiúva do Sul	7,43	7,83	6,85	7,00	6,37	7,07	6,31	5,02	5,25
Campina Grande do Sul	6,55	5,62	3,55	5,95	7,13	7,53	7,29	8,08	6,30
Contenda	11,39	8,70	8,80	8,76	9,63	8,55	10,17	7,82	6,81
Quatro Barras	6,50	8,03	6,81	6,68	7,38	6,39	4,68	7,16	3,29
Rio Branco do Sul	8,11	8,53	7,15	6,21	6,27	6,15	5,37	5,58	4,70

FONTE: FCHR-SESA

<sup>1</sup>O coeficiente da RMC foi calculado a partir das estimativas populacionais do IPARDES

As exceções são os municípios de Mandirituba, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda e Quatro Barras, onde se verificam oscilações mais acentuadas na década, demonstrando que mesmo as medidas de ampliação dos serviços, principalmente os de atenção primária à saúde - constantes da declaração de Alma-Ata,

desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde e consagrada na Conferência de Alma-Ata, realizada em 1978 -, não conseguiram uma melhor resolutividade dos serviços de saúde.

Ao mesmo tempo observa-se, pelas médias trienais dos coeficientes de mortalidade geral ao longo do período, que os municípios da Região Metropolitana de Curitiba que não apresentam um declínio efetivo nas suas taxas de mortalidade geral são Mandirituba, Campina Grande do Sul e Contenda, revelando aumento de seus coeficientes a partir de 1984 (tabela 27).

TABELA 27 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL NO PARANÁ, CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, 1980-88 - MÉDIAS TRIENAIS

(1.000 hab.)

UNIDADE ADM.	1980-82	1981-83	1982-84	1983-85	1984-86	1985-87	1986-88
Estado	6,11	5,84	5,70	5,61	5,43	5,24	5,11
Curitiba	6,55	6,29	5,92	5,61	5,42	5,39	5,39
Almirante Tamandaré	5,22	4,76	4,74	4,72	3,93	2,95	2,49
Araucária	6,33	5,93	5,65	5,47	4,88	4,41	4,11
Campo Largo	6,58	6,47	6,06	5,63	5,06	4,52	4,34
Colombo	4,61	4,18	3,93	3,95	3,70	3,30	3,12
Mandirituba	6,57	6,40	6,05	6,13	6,33	6,24	6,64
Piraquara	4,59	4,54	4,24	4,05	3,65	3,36	3,10
São José dos Pinhais	6,49	6,45	6,21	5,80	5,42	4,83	4,44
Balsa Nova	7,82	6,50	6,23	6,45	5,67	4,57	4,31
Bocaiúva do Sul	7,37	7,23	6,74	6,81	6,57	6,13	5,53
Campina Grande do Sul	5,24	5,04	5,54	6,87	7,32	7,63	7,22
Contenda	9,63	8,75	9,06	8,98	9,45	8,85	8,27
Quatro Barras	7,11	7,17	6,95	6,82	6,15	6,08	5,04
Rio Branco do Sul	7,93	7,30	6,54	6,21	5,93	5,70	5,22

FONTE: IPARDES

Os dados da tabela 28, por outro lado, revelam um declínio nos coeficientes de mortalidade infantil para o total do Estado, Curitiba, Campo Largo, Piraquara, Almirante Tamandaré e São José dos Pinhais. Esses dois últimos municípios, apesar do declínio verificado, apresentam certa oscilação em suas taxas, no período. Curitiba, ao contrário, destaca-se por apresentar taxas inferiores à média do Estado e um declínio constante e regular nas suas taxas. Os



demais municípios apresentam grandes oscilações dos coeficientes de mortalidade infantil, sendo que, em 1988, Almirante Tamandaré, Colombo, Mandirituba e Balsa Nova vêm apontando elevação das taxas, no interior dessas oscilações.

As oscilações ocorridas nas taxas de mortalidade infantil nos anos 80, além de refletirem a crise econômica e social por que passou o país nessa década, indicam a falta de programas elementares de atenção à infância e de vigilância epidemiológica constante e necessidade de campanhas de vacinação mais sistemáticas. Ao mesmo tempo, quando são comparadas as taxas desses municípios com as de países desenvolvidos, verifica-se que todos aqueles, sem exceção, apresentam coeficientes muito superiores ao limite máximo aceitável.

TABELA 28 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL (MENORES DE 1 ANO), NO PARANÁ, CURITIBA E MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1980-88

(1.000 N. V.)

UNIDADE ADM.	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Estado	53,30	47,13	41,60	40,62	43,69	39,07	36,98	35,27	32,07
Curitiba	42,98	38,31	35,93	35,35	35,21	32,27	29,63	28,68	29,84
Almirante Tamandaré	150,94	125,00	88,10	114,07	132,00	113,03	47,96	63,68	67,21
Araucária	53,50	59,75	55,09	41,49	56,84	54,12	43,84	62,57	44,07
Campo Largo	57,44	59,17	45,80	40,24	41,54	40,61	29,13	23,55	24,62
Colombo	121,25	102,79	80,33	81,69	95,15	76,42	61,86	70,24	79,79
Mandirituba	44,44	36,14	40,40	32,52	46,38	20,53	35,26	37,89	45,28
Piraquara	65,80	70,01	69,65	86,47	68,04	68,43	66,38	55,10	50,45
São José dos Pinhais	57,98	54,49	43,15	50,30	54,10	43,11	40,19	43,06	37,58
Balsa Nova	137,93	100,00	74,07	24,39	81,08	75,47	45,45	29,85	56,33
Bocaiúva do Sul	42,81	86,27	55,38	54,85	48,67	47,41	51,28	63,11	34,31
Campina Grande do Sul	65,57	69,65	59,09	83,33	73,77	72,07	100,44	91,27	37,50
Contenda	70,25	78,84	63,43	50,58	61,40	57,27	59,06	62,50	26,61
Quatro Barras	41,92	59,70	49,33	64,04	46,39	42,45	54,79	50,78	38,83
Rio Branco do Sul	79,35	86,08	65,08	40,69	59,32	49,09	42,58	59,77	38,17

FONTE: FCMR-SESA

Observa-se, pela tabela 29, a qual apresenta as médias trienais dos coeficientes de mortalidade infantil para o Estado, Curitiba e RMC, de 1980 a 1988, que praticamente todos os municípios

indicam tendência de declínio nas taxas, apesar de alguns deles apresentarem certas oscilações no decorrer do período (Almirante Tamandaré, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul e Contenda). As exceções são Mandirituba e Quatro Barras, que não apontam quedas nos coeficientes, mantendo constantes suas taxas, e Campina Grande do Sul, que indica uma tendência ascendente em suas taxas, destacando-se como o pior município da RMC, em razão dos altos coeficientes de mortalidade geral e das taxas de mortalidade infantil de crianças menores de 1 ano.

TABELA 29 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL (MENORES DE 1 ANO), NO PARANÁ, CURITIBA E MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1980-88 - MÉDIAS TRIENAIS  
(Por 1.000 N. V.)

UNIDADE ADH.	1980/82	1981/83	1982/84	1983/85	1984/86	1985/87	1986/88
Estado	47,34	43,12	41,97	41,13	39,91	37,11	34,77
Curitiba	39,07	36,53	35,50	34,28	32,37	30,19	29,38
Almirante Tamandaré	121,35	109,05	111,39	119,70	97,66	74,89	59,62
Araucária	56,11	52,11	51,14	50,82	51,60	53,51	50,16
Campo Largo	54,14	48,40	42,53	40,80	37,10	31,10	25,77
Colombo	101,45	88,27	85,72	84,42	77,81	69,51	70,63
Mandirituba	40,33	36,35	39,77	33,14	34,05	31,23	39,48
Piraquara	68,49	75,38	74,72	74,31	67,62	63,30	57,31
São José dos Pinhais	51,87	49,31	49,18	49,17	45,80	42,12	40,28
Balsa Nova	104,00	66,15	59,85	60,31	67,33	50,25	43,88
Bocaiúva do Sul	61,49	65,50	52,97	50,31	49,12	53,93	49,57
Campina Grande do Sul	64,77	70,69	72,06	76,39	82,09	87,93	76,40
Contenda	70,84	64,28	58,47	56,42	59,24	59,61	49,39
Quatro Barras	50,32	57,69	53,25	50,96	47,88	49,34	48,13
Rio Branco do Sul	76,84	63,95	55,03	49,70	50,33	50,48	46,84

FONTES: IPARDES

Entretanto, apesar de serem constatados declínios nas taxas de mortalidade na maioria dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, verifica-se que existem grandes diferenças entre eles, provavelmente associadas a diferenças das ações públicas, as quais não deveriam se limitar à prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares, mas precisariam desenvolver, também, atividades permanentes de caráter preventivo, com programas regulares de

vacinação, além de assistência pré-natal e pós-parto que possibilitem redução da mortalidade infantil.

Os coeficientes de mortalidade materna demonstram uma queda relativa, quando se analisa o quadro como um todo (tabela 30). No entanto, as grandes oscilações ocorridas durante o período levam a questionar se houve declínio efetivo das taxas, uma vez que, em determinados anos, se verifica inexistência de coeficientes nos municípios da RMC, o que pode estar indicando falta de notificações em mortes que atingem mães até 40 dias após o parto. Esses coeficientes indicam, também, a estreita relação entre a ausência de programas elementares de atenção à gestante com a mortalidade infantil precoce. É importante lembrar que o coeficiente de mortalidade materna em países desenvolvidos é de 0,1 a 0,2 por 1.000 nascidos vivos. Por outro lado, os anos 80 foram marcados por uma maior conscientização acerca da necessidade de políticas sociais referentes à saúde da mulher, mesmo que reduzidas ao âmbito da assistência médica.

TABELA 30 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE MATERNA, NO PARANÁ, CURITIBA E MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1980-88

(Por 1.000 N. V.)

UNIDADE ADM.	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Estado	1,06	,95	,79	,95	,60	,90	,79	,83	0,68
Curitiba	,50	,35	,57	,53	,64	,50	,33	,23	0,40
Almirante Tamandaré	4,72	-	1,55	-	-	-	-	-	4,11
Araucária	-	1,05	1,04	1,04	-	1,20	2,37	-	-
Campo Largo	,65	-	1,91	-	,77	-	,63	,67	0,63
Colombo	1,25	-	-	1,88	1,94	,90	,86	3,16	0,74
Mandirituba	2,78	-	-	2,71	-	2,90	-	-	-
Piraquara	2,78	-	1,66	-	-	-	1,70	1,49	0,70
São José dos Pinhais	,49	1,88	,44	,93	-	1,40	1,31	,88	0,41
Balsa Nova	11,49	-	-	12,20	-	18,90	-	-	-
Rocaiúva do Sul	-	-	-	-	-	-	4,27	-	-
Campina Grande do Sul	-	-	4,55	-	4,10	-	4,37	3,97	-
Contenda	-	-	-	-	-	,44	-	4,17	-
Quatro Barras	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Branco do Sul	1,09	,92	,92	4,28	-	2,30	1,09	1,07	0,93

FONTES: FCHR-SESA

Indiscutivelmente, a análise feita até o momento não pode prescindir de fatores como a distribuição espacial da população, em que se faz presente a aceleração do crescimento das cidades acima de

20 mil habitantes e das regiões metropolitanas, além da migração rural e do ritmo intenso no processo de industrialização, elementos que acabaram determinando uma queda nas taxas de mortalidade, vinculada, por sua vez, a uma queda na taxa de fecundidade, a qual se estende a todo o território nacional.

Entretanto, é nesse mesmo contexto que se verifica, também, em razão dos padrões concentradores de renda, um adensamento dos níveis de pobreza da população, que se reflete no perfil de mortalidade, principalmente ao serem examinados os coeficientes de mortalidade nos diversos grupos de causa de morte.

Além disso, tem-se que a política salarial na década de 80 contribuiu significativamente para modificar a distribuição de renda no período recente, incidindo de forma negativa no comportamento da mortalidade. Existem evidências de que estaria ocorrendo uma diminuição contínua da produção de alimentos básicos, de um lado, e redução de gastos sociais, de outro, dificultando um atendimento mínimo de saúde à população e o desenvolvimento de programas nutricionais fundamentais para o crescimento físico e mental das pessoas de baixa renda.

Para uma melhor compreensão dessa redução da taxa de mortalidade, no entanto, impõe-se a necessidade da observação do seu comportamento nos grupos de causa, revelando as características do quadro de mortalidade que se manifestaram ao longo desses anos.

O Paraná apresenta um dos melhores desempenhos quanto aos níveis de mortalidade, quando comparado a outros estados brasileiros. Esse quadro se altera, porém, ao se verificar o perfil de doenças do Estado, o qual acusa níveis elevados de doenças passíveis de controle.

Ao se constatar, pelos dados da tabela 31, um declínio nas taxas de mortalidade ao longo dos anos, observa-se, simultaneamente, que o grupo das Mal Definidas apresenta-se, em 1988, como a segunda

causa de maior incidência (mesmo que sua queda tenha sido a maior entre os grupos), seguida das causas externas (terceira causa em incidência). As mal definidas estão vinculadas a diagnósticos imprecisos, dificultando a identificação das verdadeiras enfermidades que levam a óbito e revelando, conseqüentemente, deficiências no preenchimento dos atestados de óbito. Além disso, expõem o problema da falta de acompanhamento médico, pois acredita-se que parte significativa dos óbitos resultantes dessa causa ocorrem com pessoas marginalizadas do sistema de saúde e destituídas de seu direito pleno à assistência médico-hospitalar.

Com relação ao grupo das Causas Externas, denominado também de Lesões e Envenenamentos, as mortes têm como causas predominantes - em sua maioria marcadas pela violência - os acidentes de trânsito, homicídios, suicídios, quedas, afogamentos, envenenamentos, acidentes causados por incêndios e acidentes de trabalho.

Por outro lado, tem-se que o quadro de causas de óbito da população sofreu alterações significativas, quando se verifica que as doenças parasitárias, que ocupavam os primeiros lugares, foram deslocadas para patamares secundários e substituídas pelas neoplasias e doenças cardiovasculares (circulatórias), as quais não apresentam tendência de declínio nos anos 80. Entretanto, dentre os grupos de causa de doenças evitáveis, o grupo das Respiratórias - constituído por doenças preveníveis através de uma intervenção mais racional do sistema de saúde, associada a uma melhoria das condições sócio-econômicas da população - não apresenta melhorias (tabelas 31 e 32). Assim, identifica-se, no Estado, um padrão misto de mortalidade, revelando a convivência e o predomínio de doenças não-evitáveis (circulatórias e neoplasias) com as doenças evitáveis em níveis ainda elevados (infecciosas, respiratórias, perinatais e mal definidas).

TABELA 31 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL, SEGUNDO GRUPO DE CAUSA, NO PARANÁ - 1980-88  
(10.000 hab.)

GRUPO DE CAUSA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Infecciosas e Parasitárias	5,74	4,62	4,11	3,77	4,16	3,37	3,32	2,78	2,62
Neoplasias	5,69	5,50	5,33	5,47	5,45	5,47	5,46	5,54	5,56
Circulatórias	16,82	17,20	16,68	17,22	16,98	16,63	16,33	15,73	16,25
Respiratórias	4,03	3,44	3,89	3,55	3,94	3,90	4,28	3,68	4,21
Perinatais	4,77	4,56	4,53	3,93	3,30	3,20	2,94	2,90	2,66
Mal Definidas	11,37	10,47	9,39	9,71	9,45	8,98	7,75	7,46	7,38
Causas Externas	7,09	7,07	6,77	6,50	6,23	6,36	6,45	6,01	5,99

FONTE: FCHR-SESA

TABELA 32 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL, SEGUNDO GRUPO DE CAUSA, NO PARANÁ - 1980-88 - MÉDIAS TRIENAIS

(10.000 hab.)

GRUPO DE CAUSA	1980/82	1981/83	1982/84	1983/85	1984/86	1985/87	1986/88
Infecciosas e Parasitárias	4,83	4,17	4,02	3,77	3,62	3,16	2,91
Neoplasias	5,51	5,44	5,42	5,47	5,46	5,49	5,52
Circulatórias	16,90	17,04	16,96	16,95	16,55	16,23	16,11
Respiratórias	3,79	3,63	3,80	3,80	4,04	3,96	4,06
Perinatais	4,62	4,34	3,92	3,48	3,15	3,02	2,84
Mal Definidas	10,41	9,86	9,52	9,38	8,73	8,07	7,53
Causas Externas	6,98	6,78	6,50	6,37	6,35	6,28	6,15

FONTE: IPARDES

Acredita-se que os ganhos obtidos com a queda das taxas das doenças evitáveis vêm demonstrar, de certa forma, um comprometimento, por parte do Estado, de oferecimento de serviços públicos essenciais, em função das Ações Integradas de Saúde (AIS) e do Sistema Único de Saúde (SUS), que representam a institucionalização de programas que visam superar os entraves detectados na condução da política para a área de saúde. Nesse sentido, a década de 80 assistiu a uma ampla mobilização política no campo das práticas de saúde, identificada, principalmente, por ocasião da 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada no Rio de Janeiro, em 1986 e, posteriormente, no processo de regulamentação dos princípios constitucionais, implantação e implementação de reformas institucionais necessárias, que são processos ainda em curso.

Observa-se, em Curitiba, uma diminuição gradativa e constante nas taxas de mortalidade geral ao longo da década, manifestando, assim, um comportamento semelhante ao do Estado (tabela 33). As doenças controláveis (infecciosas e perinatais) tiveram, assim, uma

queda mais acentuada, revelando uma melhor adequação dos serviços e programas às necessidades da população. Quanto aos grupos das Circulatórias e das Neoplasias, o declínio pouco significativo nas taxas demonstra falta de equipamentos mais especializados no tratamento dessas doenças e maiores dificuldades de seu controle.

TABELA 33 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL, SEGUNDO GRUPO DE CAUSA, EM CURITIBA - 1980-88  
(10.000 hab.)

GRUPO DE CAUSA	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Infeciosas e Parasitárias	6,55	4,99	3,94	3,36	3,28	3,05	2,20	2,09	1,94
Neoplasias	8,83	8,85	8,74	8,46	7,79	7,86	7,67	8,06	7,86
Circulatórias	22,69	23,72	22,10	21,67	21,07	19,85	21,08	20,74	19,65
Respiratórias	5,83	5,25	6,29	5,53	5,71	5,02	5,64	4,85	6,00
Perinatais	4,28	4,77	4,70	3,93	3,06	2,59	2,52	2,66	2,80
Mal Definidas	,69	1,06	,65	,46	,56	,49	,47	0,94	0,68
Causas Externas	8,67	7,85	7,76	7,42	6,42	6,63	7,05	6,85	6,72

FONTE: FCMR-SESA

Os óbitos incidentes no grupo de Causas Externas apresentam alguma diminuição até 1984. Seu posterior aumento, a partir desse ano, pode estar revelando, de um lado, o acirramento das tensões sociais e, de outro, a ausência de campanhas de co-participação da sociedade em torno de programas dirigidos ao enfrentamento a esse tipo de causa de morte, o qual está estreitamente associado à atitude frente à violência e suas motivações (tabela 34).

TABELA 34 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL, SEGUNDO GRUPO DE CAUSA, EM CURITIBA - 1980-88 - MÉDIAS TRIENAIS  
(10.000 hab.)

GRUPO DE CAUSA	1980/82	1981/83	1982/84	1983/85	1984/86	1985/87	1986/88
Infeciosas e Parasitárias	5,16	4,10	3,53	3,23	2,85	2,45	2,08
Neoplasias	8,81	8,69	8,33	8,04	7,78	7,87	7,87
Circulatórias	22,84	22,50	21,62	20,87	20,67	20,56	20,49
Respiratórias	5,79	5,69	5,85	5,42	5,46	5,17	5,50
Perinatais	4,59	4,47	3,90	3,20	2,73	2,59	2,66
Mal Definidas	0,80	0,73	0,56	0,51	0,51	0,64	0,70
Causas Externas	8,10	7,68	7,20	6,83	6,70	6,85	6,88

FONTE: IPARDES

Na tabela 34, verifica-se, em Curitiba, uma tendência de declínio, ao longo do período 1980-88, nas taxas de mortalidade geral para os grupos das Infeciosas e Parasitárias e Perinatais. O grupo das Mal Definidas, apesar de indicar coeficientes bem

inferiores aos do Estado e de mostrar uma queda nos coeficientes até 1984, aponta, a partir desse ano, uma tendência de crescimento, o que está vinculado a deficiências no preenchimento dos atestados de óbito e ao agravamento dos problemas relacionados ao acompanhamento médico. Apesar de se observar, em Curitiba, quanto a este grupo de causa, coeficientes bem inferiores à média do Estado e dos municípios da RMC, é importante que essa situação seja questionada, uma vez que este grupo deveria estar completamente erradicado do quadro de mortalidade, principalmente por encobrir as verdadeiras enfermidades que estão levando os indivíduos à morte.

Quando se observam os coeficientes de mortalidade proporcional aos grupos de causa nos municípios da RMC,\* verifica-se que poucos são os municípios que mantêm um declínio constante ao longo dos anos 80. A maioria deles, além de sofrer oscilações durante o período, apresenta coeficientes iguais ou maiores que no início da década, a partir de 1985/86. Isso vem demonstrar a pouca resolutividade dos serviços de saúde, além da necessidade de programas, direcionados a esses municípios, que abrangessem desde os serviços primários de atenção à saúde até os serviços de saneamento e infra-estrutura básica, os quais possibilitariam uma relativa melhora das condições de saúde da população.

A tabela 35 aponta, de fato, tendência de queda da mortalidade infantil, principalmente, no grupo das Infecções e Parasitárias (tanto para o Brasil como para o Paraná) e no grupo das Mal Definidas (para o Paraná). Acredita-se que os investimentos públicos em saneamento básico, o sensível aumento de domicílios

---

\*Os dados referentes aos coeficientes de mortalidade infantil de menores de 1 ano, por grupos de causa, estão desagregados por município a partir de 1984. Até então, essas informações estavam agregadas por distritos sanitários, que são as atuais regionais de saúde. Assim, estabeleceu-se um quadro de indicadores de mortalidade agrupados na RMC, de 1979 a 1983, pelos principais grupos de causa de morte (tabela 40), e outros quatro, que desagregam essas informações por municípios da RMC, a partir de 1984 (tabelas: 41, 42, 43 e 44).



ligados à rede geral de água e esgoto, ainda que em níveis reduzidos, além de campanhas nacionais de vacinação, tiveram um papel fundamental na redução da mortalidade infantil devida às doenças infecciosas e parasitárias.

TABELA 35 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL (MENORES DE 1 ANO), SEGUNDO GRUPO DE CAUSA, NO BRASIL - 1979-84

(Por 1.000 N. V.)

GRUPO DE CAUSA	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Infecciosas e Parasitárias	13,95	13,62	11,82	10,89	10,39	10,58
Respiratórias	8,27	7,03	7,30	7,27	6,27	6,62
Perinatais	23,45	23,07	22,96	22,95	23,66	22,83

FONTE: ASPECTOS da mortalidade por doenças imunopreveníveis. Dados, Rio de Janeiro : FIOCRUZ, out. 1989

Esses dados sobre mortalidade infantil por grupos de causa, apesar de indicarem declínio da mortalidade infantil, acusam níveis elevados de doenças que seriam passíveis de controle ou mesmo de erradicação (como as perinatais) através de programas elementares de atenção à infância (tabelas 36 e 37). Desse modo, essas informações vêm relativizar a queda da taxa de mortalidade geral e os dados que apontam o Paraná como um dos estados brasileiros com melhor desempenho na área de saúde.

TABELA 36 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL (MENORES DE 1 ANO), POR GRUPO DE CAUSA, NO PARANÁ - 1979-88

(Por 1.000 N. V.)

GRUPO DE CAUSA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Infecciosas e Parasitárias	12,75	11,53	6,68	7,76	7,59	9,40	6,83	7,07	5,76	5,03
Respiratórias	7,04	4,48	4,53	4,65	4,74	5,15	4,76	4,55	3,87	4,00
Perinatais	15,39	15,80	16,92	16,17	16,65	15,54	14,76	13,67	14,50	12,86
Mal Definidas	9,05	7,84	7,20	5,75	6,05	6,09	5,33	4,67	4,55	3,90

FONTE: FCMR-SESA

TABELA 37 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL (MENORES DE 1 ANO), POR GRUPO DE CAUSA, NO PARANÁ - 1979-88 - MÉDIAS TRIENAIS

(Por 1.000 N. V.)

GRUPO DE CAUSA	1979-81	1980-82	1981-83	1982-84	1983-85	1984-86	1985-87	1986-88
Infecciosas e Parasitárias	10,32	8,66	7,35	8,25	7,94	7,77	6,56	5,96
Respiratórias	5,35	4,56	4,64	4,85	4,89	4,82	4,40	4,14
Perinatais	16,04	16,30	16,58	16,12	15,65	14,66	14,31	13,68
Mal Definidas	8,04	6,93	6,34	5,97	5,83	5,37	4,85	4,38

FONTE: IPARDES

Os óbitos incidentes no grupo das perinatais ocorrem tanto durante o período neonatal precoce (referente aos primeiros sete dias de vida) como no período neonatal (referente aos primeiros 28 dias de vida). Embora este grupo represente os óbitos devidos a fatores congênitos, ainda são significativas as mortes relacionadas com o parto. Esses óbitos têm origem no período perinatal, incluindo afecções maternas, complicações da gravidez e do parto que venham a prejudicar o feto ou recém-nascido, além de problemas respiratórios e infecções ocorridas no período perinatal.

Ao serem observados os coeficientes de mortalidade infantil proporcional ao grupo de causa, em Curitiba, nota-se que as doenças infecciosas e parasitárias e mal definidas vêm mantendo uma queda constante durante a década (1979-88), ao passo que as taxas referentes às respiratórias e perinatais, pelas suas constantes oscilações, indicam que necessidades elementares da população não são atendidas (tabela 38). O precário acesso à rede pública de saúde, somado à ausência de melhorias básicas das condições de vida, vem reforçar a necessidade urgente de uma melhor atuação do setor público de saúde, principalmente no que diz respeito aos programas de assistência primária à infância.

TABELA 38 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL (MENORES DE 1 ANO), POR GRUPO DE CAUSA, EM CURITIBA - 1979-88

(Por 1.000 N. V.)

GRUPO DE CAUSA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Infecciosas e Parasitárias	16,12	13,18	9,75	7,70	6,84	7,13	6,12	4,36	4,20	3,88
Respiratórias	8,98	,16	6,04	7,02	6,72	6,52	5,78	6,34	5,23	6,16
Perinatais	13,99	14,15	16,25	16,30	15,92	12,94	11,37	11,20	12,46	12,89
Mal Definidas	3,77	2,98	3,06	2,10	1,81	,27	,13	,30	0,33	0,22

FONTE: FCHR-SESA

As médias trienais demonstram, também, que a tendência ao declínio dos coeficientes de mortalidade infantil, em Curitiba,

ocorrem, de fato, no grupo das Infeciosas e Parasitárias e Mal Definidas, reforçando a análise feita acima. O que se verifica no grupo das Respiratórias, por sua vez, é uma tendência de agravamento das condições de saúde da população infantil de menores de 1 ano e, no grupo das Perinatais, a falta de programas de acompanhamento efetivo às gestantes e recém-nascidos (tabela 39).

TABELA 39 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL (MENORES DE 1 ANO), POR GRUPO DE CAUSA, EM CURITIBA - 1979-88  
MÉDIAS TRIENAIS

(Por 1.000 N. V.)

GRUPO DE CAUSA	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Infeciosas e Parasitárias	13,02	13,18	9,75	7,70	6,84	7,13	6,12	4,36	4,20	4,15
Respiratórias	5,06	0,16	6,04	7,02	6,72	6,52	5,78	6,34	5,23	5,91
Perinatais	14,80	14,15	16,25	16,30	15,92	12,94	11,37	11,20	12,46	12,19
Mal Definidas	3,27	2,98	3,06	2,10	1,81	,27	,13	0,30	0,33	0,29

FONTE: IPARDES

A tendência verificada na RMC acompanha a queda de mortalidade infantil do Estado, apesar de apontar coeficientes elevados nos grupos das Mal Definidas e Perinatais. A partir de 1984, no entanto, quando os dados para a RMC passam a ser desagregados por municípios, esses coeficientes alteram seu comportamento na maioria dos municípios, indicando grandes oscilações nas taxas e identificando os municípios que apresentam os coeficientes mais elevados da região. Reforce-se, aqui, que a maioria dos óbitos de crianças menores de 1 ano (tabela 40) seria perfeitamente evitável através de imunização, diagnóstico e tratamento precoce e medidas de saneamento ambiental.

TABELA 40 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL (MENORES DE 1 ANO), POR GRUPO DE CAUSA, NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1979-83

(Por 1.000 N. V.)

GRUPO DE CAUSA	1979	1980	1981	1982	1983
Infeciosas e Parasitárias	11,54	12,39	9,95	7,09	7,33
Respiratórias	8,10	8,50	3,32	4,34	4,16
Perinatais	11,54	14,58	13,27	12,80	9,04
Mal Definidas	16,45	20,65	15,64	14,86	12,22

FONTE: SESA

Por outro lado, observa-se nos municípios de Mandirituba, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul e Quatro Barras,

ausência de informação com relação a alguns grupos de causa de doenças evitáveis, ao longo do período 1984-88 (tabelas 41 a 44), o que leva a questionar o acesso da população aos serviços de saúde, de um modo geral. Desse modo, as oscilações ocorridas ao longo do período, para as causas evitáveis (infecciosas, respiratórias, perinatais e mal definidas), não devem ser identificadas como eventuais ganhos da RMC, visto que a precisão de informações quanto a essas doenças básicas constitui o instrumento elementar para a determinação de um perfil de saúde condizente com as recentes políticas do setor, implantadas com a descentralização dos serviços em nível municipal.

TABELA 41 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL DE MENORES DE 1 ANO, PELO GRUPO DE CAUSA "DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS", NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1984-88

(Por 1.000 N. V.)

UNIDADE ADM.	1984	1985	1986	1987	1988
Almirante Tamandaré	28,00	21,07	14,21	12,05	12,35
Araucária	11,60	7,06	4,74	10,79	7,84
Campo Largo	10,00	2,18	2,53	2,02	5,05
Colombo	28,16	18,64	11,17	13,42	11,93
Mandirituba	5,80	2,93	10,08	4,21	5,66
Piraquara	19,70	17,34	18,72	8,19	9,11
São José dos Pinhais	10,11	5,62	6,55	6,15	2,89
Balsa Nova	-	18,87	-	-	-
Bocaiúva do Sul	4,42	4,31	4,27	4,85	4,90
Campina Grande do Sul	16,39	4,50	26,20	7,94	3,13
Contenda	17,54	-	11,81	12,50	3,80
Quatro Barras	10,31	18,87	9,13	7,81	4,85
Rio Branco do Sul	19,37	3,42	6,55	13,87	3,72

FONTE:FCMR-SESA

TABELA 42 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL DE MENORES DE 1 ANO, PELO GRUPO DE CAUSA "DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO", NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1984-88

(Por 1.000 N. V.)

UNIDADE ADM.	1984	1985	1986	1987	1988
Almirante Tamandaré	12,00	5,75	5,33	17,21	15,09
Araucária	22,04	10,59	16,58	17,26	7,84
Campo Largo	1,54	1,45	2,53	2,69	1,89
Colombo	15,53	13,98	13,75	11,84	19,39
Mandirituba	2,90	8,80	-	2,11	9,43
Piraquara	19,70	14,60	11,91	8,69	14,02
São José dos Pinhais	9,10	7,97	6,12	10,11	4,96
Balsa Nova	13,51	18,87	15,15	-	7,04
Bocaiúva do Sul	8,85	-	4,27	-	14,71
Campina Grande do Sul	-	9,01	26,20	15,87	12,50
Contenda	13,16	17,62	3,94	8,33	3,80
Quatro Barras	25,77	9,43	36,53	15,63	4,85
Rio Branco do Sul	1,21	6,85	2,18	5,34	0,93

FONTE:FCMR-SESA

TABELA 43 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL, DE MENORES DE 1 ANO, PELO GRUPO DE CAUSA "ALGUMAS AFECÇÕES ORIGINADAS NO PERÍODO PERINATAL" NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1984-88

(Por 1.000 N. V.)

UNIDADE ADM.	1984	1985	1986	1987	1988
Almirante Tamandaré	38,00	32,57	15,99	18,93	15,09
Araucária	16,24	21,18	16,59	25,89	20,57
Campo Largo	18,46	16,68	15,83	10,09	10,73
Colombo	27,18	21,44	18,90	26,05	25,35
Mandirituba	8,70	-	12,59	12,63	18,87
Piraquara	19,70	23,72	22,13	26,81	14,02
São José dos Pinhais	20,22	17,81	16,60	16,26	21,07
Balsa Nova	40,54	37,74	-	-	28,17
Bocaiúva do Sul	17,70	8,62	21,37	14,56	9,80
Campina Grande do Sul	32,79	31,53	8,73	43,65	12,50
Contenda	13,16	30,84	31,50	16,67	7,60
Quatro Barras	10,31	4,72	4,57	11,72	9,71
Rio Branco do Sul	7,26	14,84	14,19	11,74	11,17

FONTE:FCMR-SESA

TABELA 44 - COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL, DE MENORES DE 1 ANO, PELO GRUPO DE CAUSA "SINTOMAS, SINAIS E AFECÇÕES MAL DEFINIDAS", NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1984-88

(Por 1.000 N. V.)

UNIDADE ADM.	1984	1985	1986	1987	1988
Almirante Tamandaré	40,00	28,74	5,33	5,16	8,23
Araucária	-	3,53	-	1,08	-
Campo Largo	6,15	5,80	1,90	0,67	0,63
Colombo	2,91	2,80	1,72	3,95	5,22
Mandirituba	17,39	2,93	5,04	8,42	5,66
Piraquara	-	-	0,85	0,74	0,70
São José dos Pinhais	3,54	5,62	2,18	2,20	3,30
Balsa Nova	27,03	-	30,30	-	21,13
Bocaiúva do Sul	-	21,55	12,82	24,27	4,90
Campina Grande do Sul	16,39	-	8,73	-	3,13
Contenda	13,16	8,81	3,94	20,83	7,60
Quatro Barras	-	9,43	-	-	-
Rio Branco do Sul	24,21	22,83	14,19	21,34	15,83

FONTE:FCMR-SESA

A tabela 45 indica declínio da mortalidade infantil, quando se observa a queda proporcional da mortalidade de crianças menores de 1 ano, no Paraná, sobre o total de óbitos no Estado, no mesmo

período. Em 1979, 25,03% dos óbitos eram de crianças menores de um ano, coeficiente que caiu para 13,16%, em 1988. Curitiba também acompanha esse declínio gradativo, apresentando um pequeno aumento em 1988.

TABELA 45 - MORTALIDADE PROPORCIONAL\* DO GRUPO ETÁRIO DE MENORES DE 1 ANO, NO ESTADO, CURITIBA E RMC - 1979-88

UNIDADE	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Estado	25,03	22,25	21,01	20,42	17,88	16,64	15,66	15,14	14,16	13,16
Curitiba	23,62	21,29	19,15	18,34	16,02	14,90	13,82	12,41	11,54	12,33
Almirante Tamandaré	29,23	32,32	39,01	32,02	32,43	29,46	26,57	21,95	27,40	20,94
Araucária	30,43	21,90	25,22	24,88	16,52	19,91	19,32	15,67	21,72	15,35
Campo Largo	26,77	24,36	23,88	19,04	15,56	14,95	15,86	13,64	11,58	10,31
Colombo	30,57	30,89	30,65	33,33	28,52	25,85	22,52	21,11	23,23	23,99
Mandirituba	27,27	15,09	10,34	18,39	11,00	13,88	6,86	8,91	12,67	13,79
Piraquara	32,36	21,27	23,14	25,00	23,68	19,94	19,08	18,22	18,09	16,70
São José dos Pinhais	27,86	27,08	23,77	19,32	20,88	19,74	17,93	15,20	17,28	14,79
Balsa Nova	18,51	25,00	14,63	16,66	7,14	15,78	9,75	18,75	9,52	21,05
Bocaiuva do Sul	24,61	15,73	22,91	21,42	15,11	13,75	12,22	13,95	18,57	9,33
Campina Grande do Sul	28,57	18,75	25,45	36,11	22,58	23,68	19,51	26,43	23,00	15,00
Contenda	31,16	19,76	28,78	25,37	19,40	18,91	19,69	15,78	19,73	10,14
Quatro Barras	14,70	18,91	25,53	26,82	30,95	18,75	20,93	29,26	19,11	24,24
Rio Branco do Sul	35,31	28,74	34,05	30,34	18,09	22,47	19,63	18,13	24,03	20,09

FONTE: FCHR-SESA

\*Percentual dos óbitos de menores de 1 ano sobre o total de óbitos ocorridos no mesmo período

Com relação aos municípios da Região Metropolitana de Curitiba, existem grandes diferenças no comportamento do declínio da mortalidade infantil. Ocorrem oscilações na maioria dos municípios, ao longo da década de 80, sendo que apenas os municípios de Almirante Tamandaré, Araucária, Campo Largo, Colombo, Piraquara e São José dos Pinhais apontam uma redução efetiva da mortalidade infantil de menores de 1 ano sobre o total de óbitos de cada município, no mesmo período. Esse fato vem demonstrar, relativamente a estes municípios, melhoria nos programas básicos de saúde, englobando assistência médico-hospitalar, campanhas de nutrição, vacinação e vigilância epidemiológica, além da ampliação do saneamento básico a um maior número de pessoas.

Por outro lado, a proporção de óbitos de pessoas com 50 anos ou mais vem aumentando gradativamente no período 1979-88, tanto para o total do Estado como para Curitiba e municípios da RMC (tabela

46). Apesar dos dados demonstrarem que cerca de 50% dos óbitos ocorrem nessa faixa etária - apontando, portanto, para a ocorrência de mortes não-prematuras, o que poderia ter um sentido positivo -, duas questões devem ser tocadas.

TABELA 46 - MORTALIDADE PROPORCIONAL\* DO GRUPO ETÁRIO DE 50 ANOS E MAIS, NO ESTADO, CURITIBA E RMC - 1979-88

UNIDADE ADM.	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Estado	45,77	48,88	50,82	52,05	55,05	56,38	57,69	58,79	60,32	61,40
Curitiba	47,97	50,96	54,58	54,97	56,98	59,60	60,83	62,41	63,69	62,10
Almirante Tamandaré	41,53	34,34	41,75	42,13	38,91	36,16	42,79	43,08	41,48	49,14
Araucária	42,93	51,65	52,21	45,07	54,95	49,59	53,78	61,01	50,93	53,24
Campo Largo	46,44	52,66	50,39	55,29	59,94	57,34	61,18	57,56	61,25	62,43
Colombo	38,01	31,21	42,85	44,44	44,91	43,27	49,72	48,97	47,78	46,86
Mandirituba	45,45	56,60	65,61	48,27	56,88	62,96	67,64	65,60	61,26	59,77
Piraquara	37,13	48,63	45,14	49,69	45,69	46,45	47,32	53,50	51,34	53,82
São José dos Pinhais	43,82	46,29	48,77	53,84	53,77	57,01	55,16	56,85	55,55	59,18
Balsa Nova	59,25	50,00	63,41	50,00	67,85	71,05	60,97	56,25	66,66	63,15
Bocaiúva do Sul	47,69	58,42	52,08	48,80	47,67	55,00	65,55	65,11	60,00	72,00
Campina Grande do Sul	44,44	43,75	40,00	36,11	50,00	55,26	40,24	48,27	50,00	53,75
Contenda	46,75	59,30	46,96	58,20	70,14	59,45	60,60	53,68	55,26	68,11
Quatro Barras	55,88	40,54	48,93	51,21	47,61	45,83	37,20	43,90	51,47	51,51
Rio Branco do Sul	37,91	41,33	37,31	41,02	50,47	48,62	55,70	55,81	51,93	55,39

FONTE: FCMR-SESA

\*Percentual dos óbitos de pessoas de 50 anos e mais sobre o total de óbitos ocorridos no mesmo período

A primeira observação diz respeito ao fato de que, em situações normais, indivíduos que têm idade entre 50 e 65 anos encontram-se, ainda, em idade ativa. Sendo assim, existe a possibilidade de que essas pessoas estejam recebendo tratamento deficiente, com carência de exames mais complexos, tais como a tomografia computadorizada e a ultra-sonografia, e de tratamentos como a hemodiálise, entre outros, os quais não são acessíveis a toda a população. A segunda questão refere-se ao peso significativo da mortalidade acima de 50 anos sobre o total de óbitos devidos a causas específicas e não simplesmente à velhice, o que traz à tona a questão antiga, de fundamental importância, de marginalização do

idoso do processo de organização da sociedade.

Nesse sentido, é preciso garantir a esse segmento um acesso mais efetivo e facilitado à rede pública de saúde, através de medidas adequadas à sua idade e de serviços médicos especializados compatíveis às suas necessidades, tais como a geriatria. São necessárias ainda, medidas de caráter social, visando à preservação da dignidade física e mental daqueles que outrora lutaram para a conquista de tempos melhores.

Todo esse quadro aponta, enfim, para a gravidade da situação social brasileira, particularmente a paranaense, herança resultante de uma atuação pública deficiente de muitos anos.

Verifica-se que a queda da mortalidade vem ocorrendo desde a década de 70, e que esta, comparativamente à década de 80, parece ter tido ganhos maiores. Por outro lado, por mais que se tenha alterado o perfil de doenças no Estado, com as doenças cardiovasculares apresentando-se em primeira ordem de incidência, não estão erradicadas as doenças infecciosas e parasitárias, perinatais e mal definidas. Esse é um dado bastante negativo, uma vez que as incidências nestes grupos de causa revelam, além de diagnósticos imprecisos, o fato de que os serviços de saúde apresentam-se muito aquém das necessidades mais elementares da população, expressando sua pouca resolutividade e penalizando principalmente a população de baixa renda.

Nesse contexto, é preciso que se considere, além dos fatores endógenos ao sistema de saúde -- como compromisso de intervenção imediata, com atenção aos cuidados obstétricos e pediátricos e reorientação e disseminação dos serviços de saúde --, a necessidade da implementação de programas que visem à melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais dos segmentos de população mais



pobres, destacando-se, dentre eles, o saneamento ambiental, as campanhas de nutrição e a vigilância epidemiológica.

Para tanto, é imprescindível, para o setor, uma política que se oriente pelo conceito de que saúde não significa simplesmente ausência de doença, mas constitui um sinônimo de bem-estar coletivo.

#### HABITAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA URBANA

Um dos aspectos que caracterizam a vida urbana é a oferta crescente de serviços, cuja realização anteriormente só era possível através do trabalho da família, no limite da unidade domiciliar. Atualmente, o número de pessoas que procuram resolver as questões relacionadas à manutenção da família fora do domicílio é cada vez maior. Conseqüentemente, amplia-se o número de empresas capacitadas para a prestação desses serviços.

Por outro lado, as exigências da vida cotidiana nos grandes centros diferem significativamente daquelas observadas nas médias e pequenas cidades. Além disso, as longas distâncias dificultam o deslocamento cotidiano dos moradores dessas pequenas cidades aos centros maiores, resultando que grande parte dos serviços são desenvolvidos no âmbito familiar.

A esse fator acrescenta-se o baixo padrão de renda da população, que vai definir o modo de inserção das famílias no processo de consumo dos bens e serviços produzidos socialmente.

Nesse sentido, entende-se que a habitação cumpre necessidades sociais importantes, constituindo uma unidade de análise relevante. À habitação associam-se, ainda, outros serviços básicos indispensáveis a uma adequada qualidade de vida, tais como abastecimento de água, esgoto, energia elétrica e coleta do lixo,

cuja avaliação só pode se realizar no contexto do domicílio. Esses serviços serão aqui considerados como sendo de infra-estrutura urbana.

#### Habitação: caracterização dos domicílios

Os anos 80 mostraram-se positivos, no que diz respeito à habitação, no Paraná. Comparando-se o início e o final da década (1981-89), observam-se algumas melhorias, embora os números indiquem que, em certos aspectos, a situação do Paraná está aquém daquela observada para o conjunto da Região Sul.

As informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de onde foram extraídos os dados para esse diagnóstico, revelam que o processo de urbanização do Estado está consolidado. As altas taxas de crescimento urbano observadas nos anos 70 não se repetiram nos anos 80, mas a população urbana continua crescendo, embora em ritmo menos intenso.

A situação dos domicílios paranaenses no período 1981-89 oferece uma idéia da distribuição da população no Estado (tabela 47).

TABELA 47 - TOTAL DE DOMICÍLIOS, POR SITUAÇÃO, NO PARANÁ - 1981, 1983-89

ANO	TOTAL	URBANO		RURAL	
		Abs.	%	Abs.	%
1981	1.636.333	1.046.077	63,9	590.256	36,1
1983	1.738.445	1.157.587	66,6	580.858	33,4
1984	1.787.292	1.216.803	68,1	570.489	31,9
1985	1.860.025	1.266.024	68,1	594.001	31,9
1986	1.934.384	1.334.892	69,0	599.492	31,0
1987	1.995.266	1.397.409	70,0	597.857	30,0
1988	2.087.201	1.478.774	70,8	608.427	29,2
1989	2.194.558	1.577.029	71,9	617.529	28,1

FONTE: PNAD - IBGE

Os domicílios urbanos são predominantes no Paraná e sua participação no conjunto dos domicílios vem crescendo, tendência observada também para o Brasil e Região Sul. A participação dos domicílios urbanos no Estado é menor que a do Brasil e levemente superior à do Grande Sul, mas o crescimento relativo dos domicílios urbanos no Paraná, no período 1981-89, foi superior ao observado no Brasil. Enquanto o crescimento dos domicílios urbanos no país foi de 37%, no Paraná foi de 41% (tabela 48).

TABELA 48 - CRESCIMENTO RELATIVO DOS DOMICÍLIOS URBANOS, NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1981-89

UNIDADE ADM.	TAXA DE CRESCIMENTO (%)	
	Total	Urbano
Brasil	31,9	37,2
Região Sul	31,1	40,8
Paraná	34,1	41,2
RMC	52,9	-

FONTE: PNAD - IBGE

O crescimento relativo dos domicílios na Região Metropolitana de Curitiba (61,9%), no mesmo período, foi superior ao observado nas regiões metropolitanas de São Paulo (33,4%), Rio de Janeiro (26,9%), Belo Horizonte (41,5%) e Porto Alegre (34,3%).

No Paraná, como ocorre no Brasil de um modo geral, predominam os domicílios tipo casa, embora a participação deste tipo de domicílio tenha diminuído um pouco, no total, ao contrário do que ocorre no Brasil como um todo, onde a predominância dos domicílios tipo casa se manteve estável. O número de apartamentos, ao contrário, vem crescendo, ainda que sua participação relativa seja menor que aquela encontrada para o Brasil, o que constitui um indicativo de concentração urbana, particularmente, nos centros maiores. Na Região Metropolitana de Curitiba, os apartamentos representavam, em 1989, 17% das habitações (tabela 49).

TABELA 49 - TIPO DE DOMICÍLIO NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1981, 1983-89  
(Em %)

ANO	BRASIL				REGIÃO SUL				PARANÁ				RMC			
	Casa	Apto.	Rústico	Quarto ou Cômodo	Casa	Apto.	Rústico	Quarto ou Cômodo	Casa	Apto.	Rústico	Quarto ou Cômodo	Casa	Apto.	Rústico	Quarto ou Cômodo
1981	82,0	7,1	9,9	1,0	90,8	5,9	3,0	0,3	92,6	3,6	3,6	0,2	87,5	10,8	1,4	,3
1983	81,0	8,0	9,2	1,8	90,1	6,7	2,7	0,5	91,6	4,6	3,5	0,4	84,8	13,4	1,1	,6
1984	81,7	8,4	8,1	1,8	89,4	7,3	2,7	0,5	90,8	4,9	3,7	0,6	83,2	14,6	1,8	,3
1985	82,4	8,6	7,4	1,6	89,6	7,4	2,7	0,4	90,7	5,1	3,8	0,4	81,7	15,5	2,3	,6
1986	81,9	8,9	7,5	1,6	88,8	7,8	3,0	0,4	89,1	5,9	4,6	0,3	80,9	17,0	1,7	,4
1987	81,9	9,3	6,7	2,0	88,5	8,3	2,5	0,7	88,9	6,1	3,9	1,1	80,6	17,3	1,4	,6
1988	82,0	9,7	6,5	1,7	87,7	9,3	2,0	0,9	89,7	6,7	2,7	0,7	80,6	17,6	1,1	,6
1989	82,6	9,9	5,8	1,7	86,4	9,9	1,9	1,8	89,7	6,9	2,9	0,5	81,8	17,0	1,0	,2

FOITE: PNAD - IBGE

Em nível nacional, os anos 80 experimentaram períodos difíceis no setor da construção civil. No entanto, crescimento relativo do número de apartamentos construídos no Paraná nesse período parece demonstrar que as dificuldades do setor, no Estado, foram mais amenas. O número de apartamentos construídos no Paraná superou, em termos relativos, o do Brasil, e até mesmo o da Região Metropolitana de Curitiba, que abrigava, em 1989, 64% dos apartamentos do Estado (tabela 50).

TABELA 50 - CRESCIMENTO RELATIVO DOS DOMICÍLIOS TIPO APARTAMENTO, NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (ZONA URBANA) - 1981-89

UNIDADE ADM.	TAXA DE CRESCIMENTO (%)
Brasil	84,0
Região Sul	100,1
Paraná	155,5
RMC	153,8

FOITE: PNAD - IBGE

Do total de domicílios do Paraná, cerca de 61%, em 1989, possuíam renda domiciliar mensal até 5 salários-mínimos apenas, o que representa uma situação melhor que aquela observada em 1981, quando 73% dos domicílios se enquadravam nessa faixa. No início da década, a situação da renda domiciliar no Paraná era pior que a do Brasil e a da Região Sul. Em 1989 essa situação se inverte e o Paraná passa a superá-los, conforme mostra a tabela 51, o que se deve

em parte, ao processo de urbanização pelo qual passava o Estado. Os salários e as opções de atividades remuneradas são maiores nas cidades, o que possibilita a inserção de outros membros da família no mercado de trabalho, elevando a renda domiciliar. Enquanto no conjunto do Estado, em 1981, 35% dos domicílios possuíam renda domiciliar mensal de até 2 salários-mínimos, na Região Metropolitana de Curitiba essa participação caía para 18%; em 1989, esses coeficientes eram de 28%, no Paraná, e 11%, na Região Metropolitana de Curitiba.

TABELA 51 - PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO FAIXA DE RENDA MENSAL DOMICILIAR, NO BRASIL, REGIÃO SUL, PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1981-1988-1989

FAIXA DE RENDA	BRASIL <sup>a</sup>		REGIÃO SUL <sup>a</sup>		PARANÁ		RMC	
	1981	1988	1981	1988	1981	1989	1981	1989
Até 1 SM	15,5	13,3	11,0	10,4	12,6	10,0	4,6	3,1
Mais de 1 a 2	20,6	18,3	20,1	17,9	22,7	17,8	13,0	7,7
Mais de 2 a 5	33,7	31,4	39,0	35,6	38,7	32,9	40,5	31,0
Mais de 5	28,5	35,0	28,6	34,5	25,7	38,4	41,1	57,0
Sem rendimento	,8	,6	,5	,6	,4	,3	,5	,4
Sem declaração	,8	1,4	,8	1,0	,5	,5	,1	,8

FONTE: PNAD - IBGE

<sup>a</sup>Brasil e Região Sul - dados disponíveis até 1988

Essa melhoria dos salários não implica necessariamente uma melhora efetiva das condições de vida das famílias, uma vez que outros fatores intervêm nesse sentido, tais como o número de pessoas no domicílio, a idade das pessoas e o local do domicílio, além do fato de os salários terem sofrido oscilações no seu poder de compra durante o período.

Quanto à condição de ocupação dos domicílios, o que se pode dizer é que o Paraná vem acompanhando uma tendência verificada nacionalmente, de predominância da propriedade sobre as outras formas de ocupação. A segunda forma de ocupação no Brasil é o aluguel que, no Paraná, disputa em igualdade com a categoria

cedidos. Essa última forma de ocupação é mais comum nas zonas rurais. Tanto é assim que quando são analisados apenas os domicílios urbanos, os domicílios alugados apresentam-se em número bem maior que o dos cedidos (tabela 52).

TABELA 52 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOMICÍLIOS URBANOS E RURAIS, POR CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO, NO PARANÁ - 1981-89

(Em %)

ANO	URBANOS E RURAIS				URBANOS			
	Próprios	Alugados	Cedidos	Outros	Próprios	Alugados	Cedidos	Outros
1981	58,0	21,2	20,7	,1	58,4	30,7	10,8	,1
1983	59,8	19,3	20,7	,1	61,6	27,4	10,9	,1
1984	60,9	19,6	19,4	,1	63,0	27,1	9,8	,1
1985	62,8	18,6	18,5	,0	64,2	25,9	9,7	,0
1986	63,0	18,6	18,3	-	65,2	25,1	9,6	-
1987	60,6	19,5	19,9	-	61,9	26,5	11,6	,1
1988	63,6	18,0	18,3	,0	65,6	23,8	10,6	,0
1989	63,7	17,7	18,5	,1	65,2	23,4	11,3	,0

FONTE: PNAD-IBGE

NOTA: Não foram considerados os domicílios que não declararam a condição de ocupação. O total, conseqüentemente, nem sempre soma 100%

Condição de posse do domicílio e qualidade habitacional são categorias independentes que, a rigor, não deveriam se associar para constituir um indicativo de qualidade de vida. Todavia, em uma sociedade na qual as condições de vida são extremamente precárias e as famílias estão expostas às vulnerabilidades de um mercado de trabalho incerto, a propriedade da casa representa um mínimo de segurança social aos indivíduos. Nesse sentido, a posse do imóvel, no contexto da nossa sociedade, representa uma conquista social importante e uma melhora nas condições de vida das famílias.

Relativamente ao Paraná, pode-se dizer que sua situação, em 1989, nessa questão particular, apresenta-se melhor que no início da década.

Observa-se, no entanto, como era previsto, que são as pessoas com faixas de salários mais altos as que têm maior acesso à propriedade, ainda que entre as pessoas com baixa renda tenha crescido o número de proprietários, na década (tabela 53).

TABELA 53 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PRÓPRIOS, SEGUNDO FAIXA DE RENDA, NO PARANÁ - 1981, 1989

FAIXA DE RENDA	1981			1989		
	Total de Domic.	Próprios	%	Total de Domic.	Próprios	%
Até 1 SM	197.346	103.166	52,3	220.651	125.148	56,7
Mais de 1 a 2SM	371.946	172.448	46,4	390.480	207.216	53,1
Mais de 2 a 5SM	632.525	362.423	57,3	722.106	441.613	61,2
Mais de 5SM	419.880	305.020	72,6	842.839	610.874	72,5
Sem rendimento	6.508	1.304	20,0	7.162	3.961	55,31

FONTE: PNAD - IBGE

A grande maioria dos domicílios próprios encontra-se paga, proporção que diminui nas áreas urbanas (tabela 54). Esse dado não significa que nestas áreas exista uma menor capacidade de pagamento; o fenômeno deve estar associado, principalmente, à ampliação da oferta de imóveis prontos e às maiores possibilidades de financiamento, características de áreas de maior concentração urbana.

TABELA 54 - DISTRIBUIÇÃO DE DOMICÍLIOS PRÓPRIOS, POR SITUAÇÃO DA TRANSAÇÃO, NO PARANÁ, PARANÁ URBANO E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1981, 1983-89

DISCRIMINAÇÃO	PARANÁ		PARANÁ URBANO		RMC	
	Pagos	Em Aquisição	Pagos	Em Aquisição	Pagos	Em Aquisição
1981	91,1	8,9	86,4	13,6	83,4	16,6
1983	88,9	11,1	84,3	15,7	76,7	23,3
1984	89,4	10,6	85,0	15,0	78,1	21,9
1985	88,0	12,0	83,4	16,6	78,0	22,0
1986	89,4	10,6	85,9	14,1	81,2	18,8
1987	86,6	13,4	82,9	17,1	78,2	21,8
1988	86,6	13,4	83,0	17,0	77,8	22,2
1989	86,5	13,5	83,3	16,7	79,3	20,7

FONTE: PNAD - IBGE

Um indicativo importante para analisar as condições habitacionais é a densidade de ocupação domiciliar. É comum, em avaliações desse tipo, a utilização da relação pessoas/cômodos. Nesses casos, são considerados apenas os chamados cômodos "secos", não sendo considerados, portanto, no somatório dos cômodos, cozinhas e/ou banheiros. Optou-se pela relação pessoas/dormitório, uma vez que a PNAD inclui na categoria de "cômodo" todas as dependências do

domicílio separadas por paredes individuais, inclusive cozinhas e banheiros, o que subestimaria a densidade domiciliar.

O que se observou para o Paraná é que as condições de densidade melhoram, no decorrer da década de 80, tendência observada também no Brasil, na Região Sul e Região Metropolitana de Curitiba. O número de domicílios com até duas pessoas por dormitório aumentou, ao passo que diminuiu o de domicílios com um número maior de pessoas por dormitório (tabela 55).

TABELA 55 - PARTICIPAÇÃO DOS DOMICÍLIOS, SEGUNDO A DENSIDADE, NO PARANÁ - 1981, 1983-89  
(Em %)

DENSIDADE	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
Até 1.0	7,38	8,35	8,79	9,40	10,95	8,75	9,72	10,78
Mais de 1.0 a 1.5	16,51	16,72	17,54	18,41	19,63	19,74	20,02	21,27
Mais de 1.5 a 2.0	32,50	33,87	35,79	36,06	34,11	36,21	37,35	35,98
Mais de 2.0 a 2.5	12,23	11,08	10,71	10,27	11,22	10,28	10,52	10,26
Mais de 2.5 a 3.0	15,52	14,47	13,47	13,23	12,55	12,80	12,20	12,07
Mais de 3.0 a 4.0	9,74	9,59	8,64	7,82	6,61	7,77	5,99	5,90
Mais de 4.0	6,11	5,90	5,02	4,72	4,94	4,45	4,20	3,75
Sem declaração	-	,03	,03	,09	-	-	-	-
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: PNAD - IBGE

### Infra-Estrutura Urbana

Em relação à infra-estrutura urbana, o Paraná seguiu, na década de 80, a tendência verificada para o conjunto do país, que experimentou melhorias sensíveis nos serviços de abastecimento de água, esgoto sanitário, energia elétrica e coleta de lixo.

O número de domicílios que utilizavam água distribuída por rede geral, nas áreas urbanas, em 1981, correspondiam a aproximadamente 51%; em 1989, essa proporção alcança 72% (tabela 56).



TABELA 56 - DOMICÍLIOS ABASTECIDOS COM ÁGUA DE REDE GERAL E PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS QUE TÊM CANALIZAÇÃO INTERNA, NO PARANÁ, REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, REGIÃO SUL E BRASIL (ÁREAS URBANAS) - 1981, 1983-89

(Em %)

ANO	PARANÁ		RMC		REGIÃO SUL		BRASIL	
	Rede Geral	Canaliz. Interna	Rede Geral	Canaliz. Interna	Rede Geral	Canaliz. Interna	Rede Geral	Canaliz. Interna
1981	50,9	84,7	78,9	92,1	54,0	88,2	60,1	87,6
1983	57,8	86,9	83,8	93,8	60,0	90,1	64,6	87,9
1984	60,1	88,6	86,3	93,8	61,7	91,6	66,2	88,5
1985	62,4	89,5	88,3	93,9	63,4	92,3	67,9	89,9
1986	65,0	90,6	88,1	97,0	65,4	93,3	69,9	90,5
1987	68,5	88,8	90,2	94,8	66,9	91,9	70,0	88,6
1988	69,2	91,9	90,6	95,8	68,4	93,4	71,0	90,3
1989	71,7	91,3	91,2	95,6	69,8	...	72,7	...

FONTE: PNAD - IBGE

...A informação não foi publicada

O Paraná, que no início da década possuía uma proporção de domicílios abastecidos por água de rede geral inferior à observada para o Brasil, apresenta, ao final da década, uma situação semelhante à nacional. A Região Metropolitana de Curitiba apresenta um quadro satisfatório mas inferior ao que se verifica, por exemplo, na Região Metropolitana de São Paulo, onde 97% dos domicílios são abastecidos com água de rede geral. Essa diferença se relativiza ao se considerar o perfil dos municípios das duas regiões: a Região Metropolitana de Curitiba tem uma vasta área rural em seu entorno, o que impede que a rede geral seja mais abrangente.

Embora nem todos os domicílios paranaenses servidos por rede geral possuam canalização interna, a proporção destes aumentou, na década, tanto para o Paraná como para o Brasil (tabela 57). A combinação desses dois fatores - abastecimento por rede geral e canalização interna - é o que garante à população um padrão sanitário adequado.

A avaliação do tipo de escoadouro foi comprometida, na década, porque as informações deixaram de ser apresentadas nas publicações da PNAD a partir de 1985.

A proporção dos domicílios que possuíam instalação sanitária no Paraná e na Região Metropolitana de Curitiba pode ser comparada com a do Brasil e Região Sul pela tabela 57.

TABELA 57 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS QUE POSSUEM INSTALAÇÃO SANITÁRIA NO PARANÁ, REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, REGIÃO SUL E BRASIL - 1982-84

(Em %)

UNIDADE ADH.	TOTAL			URBANO		
	1982	1983	1984	1982	1983	1984
Paraná	88,2	91,1	92,0	97,6	98,5	98,3
RMC	98,4	98,9	98,2	-	-	-
Região Sul	90,5	92,1	92,4	96,8	97,1	97,1
Brasil	79,9	82,0	82,8	92,9	94,1	94,5

FOHTE: PNAD - IBGE

Observa-se que, no Paraná, a quantidade de domicílios com instalação sanitária é comparável à verificada na Região Sul e superior àquela verificada no Brasil. Todavia, os domicílios paranaenses que possuem instalação sanitária (banheiro) não estão todos ligados a um despejo adequado. Considerando a precariedade do tipo de escoadouro a que estão ligadas essas instalações, verifica-se, portanto, que a situação se inverte. Entendendo que as fossas sépticas cumprem as exigências mínimas de saneamento básico, agregaram-se os domicílios que possuem este tipo de despejo àqueles servidos por rede de esgoto, considerando-se a ambos como formas de despejo adequadas.

Quanto a esse tipo de serviço (escoadouro), o Paraná apresenta desvantagem em relação ao Brasil e à Região Sul, tanto no conjunto do Estado como nas áreas urbanas, ainda que nestas a proporção de domicílios servidos por despejo adequado seja mais elevada, o que de certo modo era previsível (tabela 58).

TABELA 58 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS URBANOS E RURAIS QUE POSSUEM INSTALAÇÃO SANITÁRIA E ESCOADOURO ADEQUADO\*, NO PARANÁ, REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, REGIÃO SUL E BRASIL - 1982-84  
(Em %)

UNIDADE ADM.	URBANOS E RURAIS			URBANO		
	1982	1983	1984	1982	1983	1984
Paraná	31,4	37,1	44,1	42,4	49,4	56,7
RMC	69,4	69,1	72,5	-	-	-
Região Sul	46,0	49,3	54,6	58,1	62,6	67,4
Brasil	56,5	57,0	57,8	63,2	64,2	64,6

FONTE: PNAD - IBGE

\*Escoadouro adequado = esgoto de rede geral ou fossa séptica

Dos domicílios que possuíam instalação sanitária no Paraná, em 1984, 10% utilizavam-na em comum com outros domicílios. Essa relação permanece praticamente a mesma (10%) quando se comparam especificamente os dados para a zona urbana. Aliás, na zona urbana encontravam-se quase 80% dos domicílios que utilizam em comum a mesma instalação sanitária, situação que não seria tão precária se o tipo de escoadouro fosse adequado. Todavia, o uso comum de instalações sanitárias é praticado, fundamentalmente, pela população mais carente das periferias e favelas das cidades, onde as condições de saneamento básico são mais precárias. Como registro, vale dizer que quase 90% dos domicílios que utilizam instalação sanitária em comum não possuíam despejos adequados. Do total de domicílios que utilizavam instalações sanitárias em comum, 20% localizavam-se na Região Metropolitana de Curitiba.

A coleta do lixo, serviço eminentemente urbano, apresenta uma situação satisfatória no Paraná, se comparada com a do Brasil e Região Sul. Desde o início da década, o Paraná tem uma participação de domicílios servidos por coleta de lixo superior à observada naqueles casos (tabela 59).

TABELA 59 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS URBANOS COM COLETA DE LIXO, NO PARANÁ, REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, REGIÃO SUL E BRASIL - 1981, 1983-89

(Em %)

ANO	Paraná	RMC	Região Sul	Brasil
1981	69,4	71,7	66,6	65,8
1983	72,4	78,9	71,2	71,2
1984	75,3	80,8	74,6	73,3
1985	75,7	80,6	76,4	74,6
1986	77,7	82,2	78,4	75,2
1987	80,2	84,4	79,3	76,3
1988	81,1	85,1	80,5	76,2
1989	83,9	86,5	-	-

FORTE: PNAD - IBGE

O serviço de energia elétrica também apresentou melhoria sensível, na década. Em 1981, 61% dos domicílios do Paraná possuíam energia elétrica; em 1989, o percentual era de 90%, subindo para 96% quando considerados apenas os domicílios urbanos (tabela 60). A participação alcançada pelo Estado, no final do período, é maior que a observada para o Brasil, mas é inferior quando comparada à da Região sul.

TABELA 60 - PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS URBANOS E RURAIS COM ENERGIA ELÉTRICA, NO PARANÁ, REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, REGIÃO SUL E BRASIL - 1981, 1983-89

(Em %)

ANO	URBANOS E RURAIS				URBANO
	PARANÁ	RMC	REGIÃO SUL	BRASIL	PARANÁ
1981	61,4	92,6	76,3	74,9	89,1
1983	72,6	93,4	80,6	77,9	90,6
1984	74,4	94,9	82,2	79,4	90,9
1985	78,7	95,3	84,8	81,1	93,1
1986	83,3	95,8	87,2	83,2	95,0
1987	85,8	97,1	88,7	84,4	95,0
1988	88,5	97,3	91,0	85,9	96,1
1989	90,8	97,3	92,1	86,9	96,6

FORTE: PNAD - IBGE

A Região Metropolitana de Curitiba apresentou uma participação de 97,3% de domicílios com energia elétrica, em 1988, relativamente próxima àquela observada na Região Metropolitana de São Paulo, no mesmo ano, que foi de 99,7%.

## Estimativa das Necessidades Habitacionais

As necessidades habitacionais estimadas neste trabalho são de duas ordens: de um lado, existem aquelas que decorrem da carência absoluta, ou seja, do fato de as famílias não terem acesso a nenhum tipo de domicílio ou habitarem domicílios absolutamente precários; de outro, colocam-se necessidades ligadas à falta ou precariedade de um ou outro elemento relacionado com a habitação. Os dois tipos de carência solicitam medidas distintas: enquanto as primeiras requerem a construção de um imóvel, as demais podem ser supridas com algum tipo de melhoria ou reforma.

Para uma estimativa precisa dessas necessidades, são necessárias algumas informações que não estão disponíveis de forma adequada nas publicações da PNAD. Ainda assim, tentou-se uma aproximação quantitativa daquilo que se entende constituir necessidades habitacionais no Paraná, representadas pelos seguintes tipos de domicílios:

- a) os domicílios rústicos, conceituados pela PNAD como aqueles em cuja construção houvesse predominância de material improvisado,<sup>10</sup> ou seja, os barracos; e
- b) os domicílios "improvisados", que são aqueles localizados em unidade que não tinha dependência destinada exclusivamente à moradia.<sup>11</sup>

Para suprir essas necessidades, o Paraná deveria construir, em 1989, em torno de 65 mil novas unidades (tabela 61).

TABELA 61 - DOMICÍLIOS URBANOS E RURAIS, POR TIPO, NO PARANÁ - 1989  
(Em X)

RÚSTICOS		IMPROVISADOS		TOTAL	
Urbanos e Rurais	Urbanos	Urbanos e Rurais	Urbanos	Urbanos e Rurais	Urbanos
63.05	37.927	2.080	1.266	65.130	39.193

FONTE: PNAD - IBGE

<sup>10</sup>FUNDAÇÃO IBGE. Conceituação das características investigadas. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, Rio de Janeiro, 1982-1989.

<sup>11</sup>FUNDAÇÃO IBGE, Conceituação...

Desses 65 mil domicílios, 60% deveriam ser destinados às áreas urbanas.

As necessidades de melhorias ou reformas dos domicílios não podem ser mensuradas, uma vez que as informações sobre as condições materiais dos domicílios não são publicadas de forma desagregada pela PNAD, o que dificulta a avaliação. Todavia, o indicador de densidade oferece uma idéia dos domicílios cuja ocupação é superior a um limite razoável e que necessitam, no mínimo, de uma ampliação (diz-se no mínimo porque não se conhece o estado de conservação desses domicílios, que pode ser precário e carente de outros serviços).

Optou-se pela densidade de pessoas por dormitório e não por cômodo porque a PNAD considera como sendo cômodo também as cozinhas e banheiros, o que resultaria em subestimação dos valores. Por isso, em vez de se adotar critério da ONU, que considera uma pessoa por cômodo como sendo uma situação adequada, optou-se por uma densidade de duas pessoas por dormitório.

Dos domicílios existentes no Paraná, 32% (ou um total de 700 mil) são ocupados em densidade superior à adequada e, portanto, necessitam de ampliações (tabela 62).

TABELA 62 - DOMICÍLIOS, URBANOS E RURAIS, SEGUNDO DENSIDADE POR DORMITÓRIO, NO PARANÁ - 1989

DENSIDADE	URBANOS E RURAIS		URBANO	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Até 1.0	236.523	10,8	197.925	12,55
Mais de 1.0 a 1.5	466.811	21,3	355.678	22,55
Mais de 1.5 a 2.0	789.506	36,0	561.404	35,60
Mais de 2.0 a 2.5	225.138	10,3	142.442	9,03
Mais de 2.5 a 3.0	264.806	12,1	178.041	11,29
Mais de 3.0 a 4.0	129.442	5,9	86.213	5,47
Mais de 4.0	82.330	3,8	55.326	3,51
TOTAL	2.194.558	100,0	1.577.029	100,0

FONTE: PNAD - IBGE

O mesmo ocorre com os domicílios que necessitam de instalações sanitárias, os quais, em 1984, totalizavam 142 mil, sendo que cerca de 14% localizam-se nas áreas urbanas.

Para que fosse mantida, atualmente, a tendência de melhoria das condições habitacionais observada nos anos 80, seria necessário, ainda, implementar políticas no sentido de se obter maior participação dos domicílios naqueles serviços de infra-estrutura urbana, considerados anteriormente. Além disso, em termos de qualidade de vida, é preciso que seja elevada, também, a participação dos domicílios próprios entre as famílias cuja renda não ultrapasse dois salários-mínimos. A posse do imóvel, para as famílias com essa faixa de renda, lhes garantiria um mínimo de segurança social.

Essas considerações fazem com que as necessidades habitacionais ocupem um outro patamar, na medida em que estas podem ser estimadas de forma mais abrangente e relacionada à propriedade dos domicílios. Assim, considerando os domicílios alugados ou cedidos nos quais a renda mensal domiciliar é inferior a dois salários-mínimos (incluindo os domicílios que não têm rendimento), a estimativa de necessidades de habitação para 1989 é de 140 mil unidades na zona urbana e de 280 mil unidades no total.

Quando são considerados os domicílios alugados ou cedidos nos quais a renda mensal domiciliar vai até 5 salários-mínimos (inclusive os domicílios sem rendimento), as necessidades habitacionais atingem, em 1989, a cifra de 345 mil domicílios urbanos e 560 mil no total.

## GASTOS PÚBLICOS ESTADUAIS NA ÁREA SOCIAL: LIMITES E POSSIBILIDADES

A avaliação dos gastos sociais do Estado do Paraná, na última década, será feita com base nos dados referentes às despesas realizadas pelo governo estadual, através das administrações direta e indireta (autarquias e fundações).

O objetivo principal da análise é o de fornecer uma visão evolutiva desse gasto nas principais áreas de política social. Para tanto, foram incluídos os gastos das empresas públicas, as quais, na área social, são representadas pela Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), no programa de saneamento, e pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), no programa de habitação.

Inicialmente, será feita uma análise da evolução da despesa total do Estado segundo suas áreas de atuação - institucional, social e econômica<sup>48</sup> - e sua participação no PIB estadual, sempre com destaque para os gastos sociais.

Em 1989, o gasto total da administração direta foi, em termos reais, 59% superior ao de 1980, enquanto a receita permaneceu praticamente estável no período, provocando um déficit de balanço crescente a partir de 1987. O crescimento da despesa total deveu-se, principalmente, aos gastos realizados na área institucional, que foram, em 1989, 116% superiores aos de 1980, enquanto os gastos nas áreas social e econômica cresceram apenas 21%, durante o período (tabelas 63 e 64 e gráfico 1).

---

<sup>48</sup>Na área institucional estão incluídas as funções legislativa, judiciária, administração e planejamento e comunicações (esta compreende basicamente radiodifusão); na área social: educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento, trabalho, assistência e previdência e defesa nacional e segurança pública; e na área econômica: agricultura, desenvolvimento regional, energia e recursos minerais, indústria, comércio e serviços e transporte.



TABELA 63 - RELAÇÃO ENTRE RECEITA E DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1980-89  
(Valores NCz\$ 1.000,00 - 1989)

ANO	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT/DÉFICIT	
			Abs.	%
1980	4.112.587	3.683.491	429.096	10,4
1981	4.251.025	4.028.387	222.638	5,2
1982	3.968.577	4.120.477	( 151.900)	( 3,8)
1983	3.908.364	3.883.560	24.804	,6
1984	3.934.668	3.829.151	105.517	2,7
1985	5.323.291	5.013.560	309.731	5,8
1986	6.186.850	6.177.077	9.773	,2
1987	5.512.803	6.338.964	( 726.161)	( 12,9)
1988	4.602.111	5.636.615	(1.034.504)	( 22,5)
1989	4.327.131	5.886.604	(1.541.473)	( 35,6)

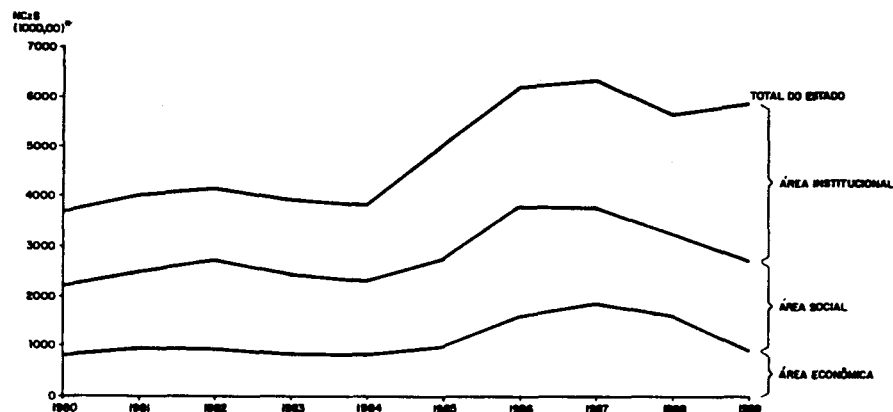
FONTE: Tabelas A.1 e A.2  
Deflador: IGP-DI(FGV)

TABELA 64 - DESPESA REALIZADA POR ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ- 1980-89  
(Valores NCz\$ 1.000,00 - 1989)

ANO	INSTITUCIONAL	SOCIAL	ECONÔMICA	TOTAL DO ESTADO
1980	1.469.409	1.415.460	771.622	3.683.491
1981	1.490.170	1.539.487	998.730	4.028.387
1982	1.382.278	1.754.104	984.095	4.120.477
1983	1.454.529	1.568.519	860.512	3.883.560
1984	1.499.730	1.530.404	799.017	3.829.151
1985	2.267.181	1.743.255	1.003.124	5.013.560
1986	2.399.943	2.189.492	1.587.652	6.177.077
1987	2.606.801	1.904.591	1.827.572	6.338.964
1988	2.434.554	1.595.002	1.607.059	5.636.615
1989	3.236.746	1.714.550	935.308	5.886.604

FONTE: Tabelas A.1  
Deflador: IGP-DI(FGV)

GRÁFICO 1- DESPESA POR ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, NO PARANÁ - 1980-89



FONTE: Tabela 64  
\*NCz\$ de 1989

Comparando-se, ainda, a composição da despesa estadual por área, observa-se que em 1980 havia um equilíbrio relativo entre os

gastos realizados na área social e institucional - representavam, respectivamente, 38% e 41% do total -, enquanto a área econômica participava com apenas 21%. Em 1987, a relação já apresenta um quadro de desequilíbrio que se acentua até o final do período analisado, quando os gastos institucionais representam cerca de 55% do total, os sociais 29% e os econômicos apenas 16%. Na verdade, os gastos na área social só tiveram maior representatividade em 1983, quando sua participação no total das despesas da administração direta foi de aproximadamente 40%.

Cabe destacar que os gastos de caráter econômico, de um modo geral, estão a cargo de empresas estatais, às quais compete o investimento em infra-estrutura (por exemplo, energia) ou em atividades de fomento econômico. Cabem, portanto, à administração pública direta e indireta, basicamente os gastos com a prestação de serviços à população - predominantemente gastos sociais - e a administração e gerência da máquina pública (gastos institucionais).

A preponderância desses últimos no conjunto do gasto público estadual revela uma característica defensiva do Estado frente às sucessivas ondas de recessão e crise que marcaram os anos 80.

Simultaneamente, adotaram-se procedimentos gerenciais que acabaram por configurar as principais características da administração pública estadual no final da década. De um lado, uma política de contenção de salários e despesas de custeio que afetou de forma direta a prestação de serviços de caráter social, cujo padrão de qualidade e eficiência está estreitamente relacionado à qualificação da mão-de-obra aí utilizada e à disponibilidade de materiais e equipamentos adequados. De outro lado, a ênfase na busca de recursos adicionais, para fazer frente às dificuldades financeiras, levou a uma progressiva fragmentação e ampliação do aparelho estatal, erodindo sua capacidade gestora e onerando a máquina pública.

Configura-se, portanto, como perfil da administração pública

estadual, no final da década, um padrão bem definido: inchaço do quadro de pessoal com funcionários de baixa qualificação, mal remunerados e pouco eficientes, associado a uma burocratização dos processos administrativos e gerenciais adotados.

Ao se relacionar os gastos realizados pelo governo do Paraná com o PIB estadual,<sup>13</sup> tem-se uma idéia da baixa representatividade da administração pública no produto gerado pela economia do Estado. Entre os anos de 1980 e 1986, a relação é crescente, caindo nos dois anos seguintes. Em 1989, apesar do índice ser superior ao do início da década, é inferior em mais de um ponto percentual ao de 1986 (tabela 65). Entretanto, é interessante notar que a participação dos gastos sociais no PIB que, até 1988, foi até 1,3 vez maior que a dos gastos institucionais, passa, em 1989, a ser inferior a estes, que apresentam uma evolução crescente no período. Em 1980, os gastos institucionais representavam 1,7% do PIB e em 1989 chegam a 3,5%, enquanto os gastos sociais, que representavam 2,0% do PIB, no início da década, atingem 3,1% em 1989.

TABELA 65 - PARTICIPAÇÃO DOS GASTOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO NO PIB DO PARANÁ, POR ÁREA - 1980-88

(X)

ANO	GASTO TOTAL	ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO		
		Institucional	Social	Econômica
1980	6,1	1,7	2,0	2,4
1981	6,9	1,6	2,6	2,7
1982	7,3	1,8	3,0	2,6
1983	7,3	1,7	2,9	2,6
1984	7,1	2,0	2,7	2,5
1985	8,1	2,4	2,8	2,9
1986	10,3	2,5	3,8	4,0
1987	9,4	2,4	3,5	3,4
1988	8,3	2,3	2,9	3,1
1989	8,9	3,5	3,1	2,4

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Balanços Geral do Estado 1980-89 - SEFA, PIB - IPARDES

<sup>13</sup>Para a análise comparativa dos gastos públicos em relação ao PIB, envolvendo o Paraná e outros estados da Federação, adotou-se o critério da Secretaria do Tesouro Nacional que, ao sistematizar os gastos públicos, considera o total da receita de ICMS, inclusive a parcela repassada aos municípios, diferentemente do critério que norteia a elaboração dos Balanços do Estado, utilizado no restante da análise. O conceito de PIB utilizado aqui é o de custo de fatores.

Mas, é ao se comparar a participação dos gastos realizados pelo governo estadual com programas sociais em relação ao PIB do Paraná com a de alguns estados selecionados e com o conjunto de todos os estados do país que se percebe mais claramente o pouco que o Estado tem investido nessa área. A participação média do gasto social dos governos estaduais no PIB do Brasil para o período 1984-89 foi de 4,0%, enquanto no Paraná o gasto realizado pelo governo estadual representou 3,2% do PIB do Estado, em idêntico período, mesma média encontrada para Santa Catarina (tabela 66).

TABELA 66 - RELAÇÃO ENTRE GASTOS SOCIAIS E PIB, NO BRASIL, REGIÃO SUL E ALGUNS ESTADOS - 1985-89

(%)

ANO	Brasil	São Paulo	Região Sul	Paraná	Santa Catarina	R. G. do Sul
1985	3,3	2,7	3,4	2,8	2,7	4,4
1986	4,4	3,5	4,2	3,8	3,6	5,0
1987	4,0	3,7	3,7	3,5	3,2	4,3
1988	4,0	3,6	3,5	2,9	3,2	4,2
1989	4,1	4,3	3,8	3,1	3,4	4,7

FONTE: STN - Ministério da Economia, IPARDES, FEE/RS, SEADE/SP, ITEP/SC, IBGE/BR, Balanço Geral do Estado 1985-89 - SEFA

Os demais estados tomados para comparação apresentam uma média mais elevada de participação dos gastos sociais em relação ao PIB. No Paraná, esta participação, até 1986, era pouco superior até mesmo à do Estado de São Paulo. No entanto, a partir de 1987, enquanto os estados analisados aumentam sua participação, o Paraná toma o rumo oposto. Há que se destacar o Estado do Rio Grande do Sul, cuja participação nunca foi inferior a 4,2%, no período.

A seguir, a partir da análise da evolução dos gastos sociais no período 1980-89 e de sua composição segundo categorias econômicas, pode-se distinguir três períodos (tabela 67 e gráfico 2). No primeiro, que vai até 1982, o gasto social apresenta-se crescente, com um aumento proporcionalmente maior no último ano. O segundo período, 1983-86, tem início com uma redução desses gastos, que voltam a crescer em 1985. No ano de 1983, em face do impacto da

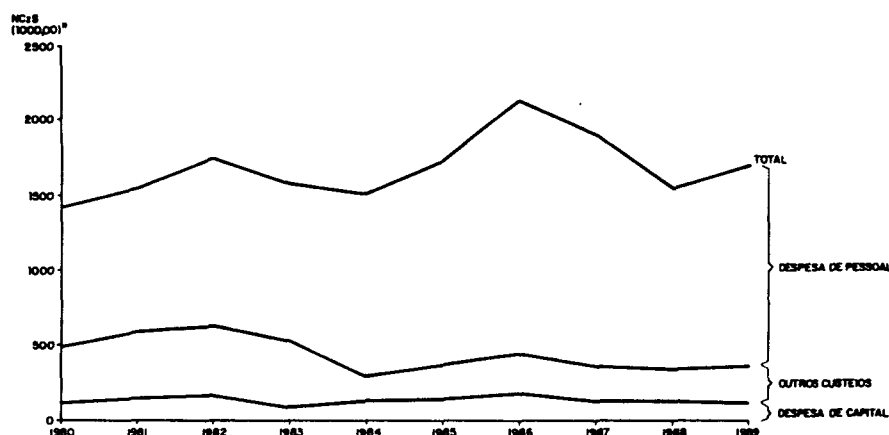
crise econômica, houve uma forte retração nos gastos de capital dos programas sociais, da ordem de 50% em relação ao ano anterior, retomados, no entanto, já a partir de 1984. Os gastos com pessoal, que têm um peso preponderante na área social, também foram reduzidos no primeiro ano desse período, voltando a crescer em 1984 e principalmente em 1986. No período que vai de 1987 a 1989, repete-se o comportamento ocorrido no período anterior, à exceção dos gastos de capital, que continuam a ser comprimidos e atingem, no último ano da série, valores inferiores aos do início da década. Esse último período é afetado, também, por uma nova desaceleração do crescimento econômico.

TABELA 67 - GASTOS SOCIAIS REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ, POR CATEGORIA ECONÔMICA - 1980-89  
(Valores NCz\$ 1.000,00 - 1989)

ANO	GASTOS COM PESSOAL	OUTROS CUSTEIOS	GASTOS DE CAPITAL	TOTAL
1980	920.998	371.267	123.173	1.415.460
1981	945.536	448.633	145.318	1.539.487
1982	1.132.026	435.975	168.104	1.754.105
1983	1.029.089	448.729	90.701	1.569.519
1984	1.222.187	173.290	134.928	1.530.405
1985	1.356.232	233.068	153.955	1.743.255
1986	1.699.003	255.929	183.262	2.138.194
1987	1.541.274	232.980	130.338	1.904.592
1988	1.201.056	222.547	128.076	1.551.679
1989	1.340.080	256.754	117.716	1.714.550

FONTE: Balanço Geral do Estado - SEFA  
Deflator: IGF-DI (FGV)

GRÁFICO 2 - GASTOS POR CATEGORIA ECONÔMICA NA ÁREA SOCIAL, NO PARANÁ - 1980-89



FONTE: Tabela 67  
\*NCz\$ de 1989

Por fim, foi analisada a evolução dos gastos, tanto para a administração direta como indireta, de alguns programas selecionados - ensino básico de 2º grau e superior, saúde, saneamento e habitação. Para a administração direta, o período de análise será o de 1980-89, enquanto para a administração indireta será o de 1982-89, período para o qual se dispunha de informações referentes a gastos por função. Ainda nesse caso, como não havia dados por programa até 1987, optou-se por agregar as unidades orçamentárias que, no seu conjunto, representassem aqueles programas selecionados. Alguns poderão estar superestimados, em função da opção por esse procedimento de cálculo. A preocupação principal, porém, foi a de indicar qual a tendência dos gastos públicos nessa desagregação de programas.

Com relação aos programas de educação da administração direta, observou-se que, em 1989, os gastos com o ensino superior representavam 227,8% dos gastos realizados em 1980, o que constitui um crescimento bastante significativo, se for considerado que no ensino básico a expansão foi de 68,9% e no ensino de 2º grau houve uma redução de 37,4%.

Os dispêndios cada vez maiores com o ensino superior, em detrimento dos demais níveis de ensino, intensificam-se a partir de 1986. Em 1988, a administração direta gastou com cada aluno do curso superior 14 vezes mais que com um aluno do 2º grau e 11 vezes mais que com um aluno do ensino básico. Na administração indireta, o quadro é semelhante: os gastos com o ensino superior apresentam, no período 1982-89, um crescimento superior a 100%, enquanto os dos demais sofrem uma redução de cerca de 40% (tabelas 68, 69 e gráfico 3).

TABELA 68 - GASTOS COM PROGRAMAS DE ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1980-89  
(Valores NCz\$ 1.000,00 - 1989)

ANO	BÁSICO	2º. GRAU	SUPERIOR	TOTAL DA FUNÇÃO ED. E CULTURA
1980	466.373	128.444	119.795	912.017
1981	489.106	93.642	156.967	996.748
1982	637.592	119.282	165.203	1.154.713
1983	610.177	125.686	178.975	1.087.696
1984	577.156	92.519	160.692	994.302
1985	626.596	91.987	194.008	1.118.191
1986	785.980	104.392	276.241	1.455.059
1987	839.881	125.747	319.794	1.522.143
1988	706.942	86.608	350.493	1.383.910
1989	787.694	80.416	392.685	1.418.440

FORTE: Balanço Geral do Estado - SEFA  
Deflador: IGF-DI(FGV)

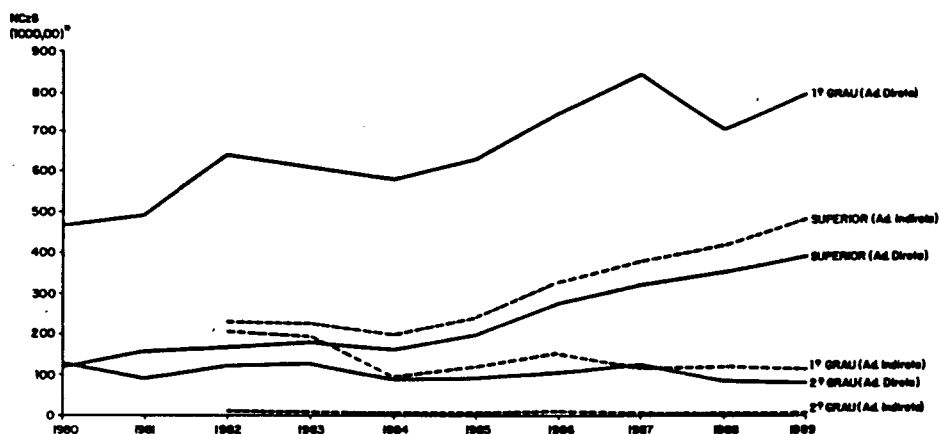
TABELA 69 - GASTOS COM ENSINO NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DO ESTADO DO PARANÁ - 1982-89  
(Valores NCz\$ 1.000,00 - 1989)

ANO	BÁSICO	2º. GRAU	SUPERIOR
1982	200.898	10.161	230.917
1983	177.203	9.356	227.102
1984	97.032	7.007	198.145
1985	119.915	6.719	238.364
1986	149.238	8.031	326.959
1987	117.773	6.968	378.293
1988	121.756	6.284	417.227
1989	119.317	6.076	480.107

FORTE: Balanço Geral do Estado - SEFA  
Deflador: IGF-DI(FGV)

OBS.: Os dados referem-se aos gastos realizados pelas unidades que no seu conjunto são responsáveis pelos programas correspondentes

GRÁFICO 3 - GASTOS NO PROGRAMA EDUCAÇÃO, DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA, NO PARANÁ - 1980-89



FORTE: Tabelas 68 e 69  
NCz\$ de 1989

Com relação ao programa de saúde da administração direta, verifica-se que houve um acréscimo nos gastos da ordem de 88%, no período 1980-89. Quanto aos gastos realizados pela Fundação Caetano Munhoz da Rocha - unidade da administração indireta responsável pelo programa de saúde -, estes cresceram, no período 1982-89, cerca de 360%; nesse mesmo período, o crescimento dos gastos da administração direta foi de aproximadamente 52% (tabela 70 e gráfico 4). Duas são as explicações para o comportamento observado: de um lado, foi nessa década que a Fundação passou a responder por atribuições que antes estavam a cargo da Secretaria de Saúde; de outro, tem-se a implantação do Sistema Unificado de Saúde (SUS). Entre os anos de 1988 e 1989, o sistema já se encontra quase que totalmente implantado, sendo seus gastos financiados, em grande parte, com recursos transferidos diretamente do governo federal.

TABELA 70 - GASTOS COM O PROGRAMA DE SAÚDE  
NAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E IN-  
DIRETA DO ESTADO DO PARANÁ -  
1980-89  
(Valores NCz\$ 1.000,00 - 1989)

ANO	ADMINISTRAÇÃO	
	Direta	Indireta
1980	96.643	...
1981	112.344	...
1982	119.042	137.726
1983	98.384	112.889
1984	125.582	117.332
1985	129.525	168.602
1986	150.099	180.600
1987	120.386	141.079
1988	109.218	278.226
1989	182.054	633.047

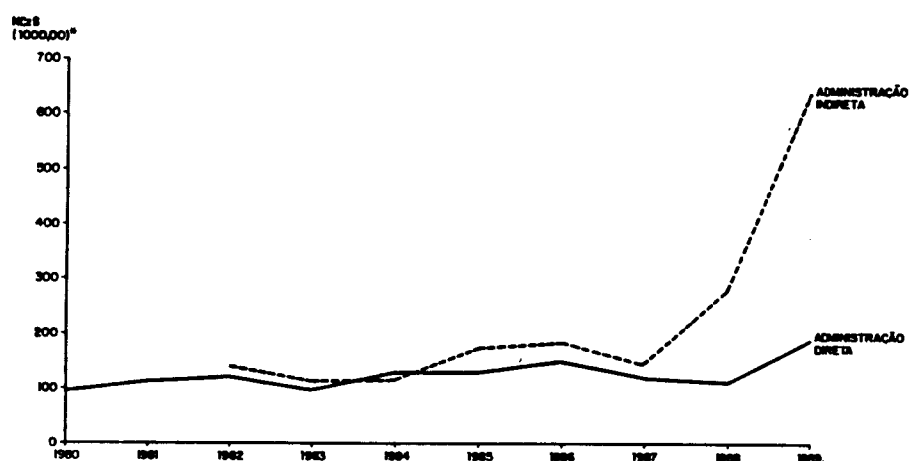
FONTE: Balanço Geral do Estado - SEFA

NOTA: Deflator: IGP-DI(FGV)

OBS.: Os dados da administração indireta referem-se aos gastos realizados pela unidade responsável pelo programa



GRÁFICO 4 - GASTOS NO PROGRAMA SAÚDE, DAS ADMINISTRAÇÕES DIRETA E INDIRETA, NO PARANÁ - 1980-89



FONTE: Tabela 70  
 \*R\$ de 1989

Os programas de saneamento e habitação diferem dos demais programas da área social basicamente por sua forma de gestão vinculada a empresas estatais, conferindo-lhes um caráter de autonomia em relação ao próprio aparelho de Estado. O período de análise, para o qual se dispunha de informações, foi o de 1983-89.

No financiamento do programa de saneamento básico, os recursos do Tesouro tiveram, historicamente, papel complementar. No entanto, com a crise recessiva do início dos anos 80 e a redução dos recursos de financiamento para esses programas, o Estado começa a ampliar sua participação, que atinge um máximo em 1986. Nesse ano, o Estado dispendeu 194,2% a mais de recursos que em 1983. Entre 1987 e 1988, observa-se um crescimento de recursos diretamente arrecadados, devido, basicamente, a financiamentos externos. Nesse momento, a participação do Estado se reduz a níveis pouco significativos. A década se encerra com uma redução global dos recursos aplicados em saneamento básico e sem perspectivas de manutenção dos padrões de financiamento que prevaleceram no passado (tabela 71).

TABELA 71 - GASTOS REALIZADOS PELA SANEPAR COM O PROGRAMA DE SANEAMENTO BÁSICO, FONTE DE RECURSOS, EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA, NO PARANÁ - 1983-89

(Valores NCz\$ 1.000,00 - 1989)

ANO	RECURSOS DO TESOIRO		RECURSOS PRÓPRIOS		TOTAL	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO (%)
	Abs.	%	Abs.	%		
1983	37.924	13,3	246.455	86,7	284.379	100,0
1984	17.785	7,1	231.815	92,9	249.599	87,8
1985	37.800	15,1	226.885	90,9	264.685	93,1
1986	111.581	20,9	423.135	70,1	534.716	188,0
1987	28.844	5,3	516.075	94,7	544.919	191,6
1988	9.595	1,6	593.382	98,4	602.977	212,0
1989	23.991	5,8	389.643	94,2	413.634	145,5

FONTE: Execução Física do Orçamento-Programa - SEPL

Deflador: IGP-DI(FGV)

Com relação ao programa de habitação, também houve uma retração dos recursos aplicados, desta vez por parte do Sistema Financeiro de Habitação, não compensada, no entanto, pela ampliação da participação dos recursos do Tesouro. O resultado acabou sendo uma redução global dos recursos para esse programa, com ligeira recuperação no período 1987-88, graças ao repasse de recursos do governo federal. Em 1989, voltam a se reduzir os recursos destinados aos programas de habitação, configurando para essa área uma crise sem precedentes (tabela 72). Conseqüentemente, amplia-se, ao longo da década, o hiato entre as necessidades habitacionais e a produção de habitações por parte do poder público.

TABELA 72 - GASTOS REALIZADOS PELA COHAPAR COM O PROGRAMA DE HABITAÇÃO, POR FONTE DE RECURSOS, EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÕES RELATIVAS, NO PARANÁ - 1983-89

(Valores NCz\$ 1.000,00 - 1989)

ANO	RECURSOS DO TESOIRO		RECURSOS PRÓPRIOS		TOTAL	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO (%)
	Abs.	%	Abs.	%		
1983	13.034	12,0	95.857	88,0	108.891	100,0
1984	10.620	27,0	28.679	73,0	39.299	36,1
1985	7.977	16,4	40.790	83,6	48.767	44,8
1986	17.874	41,4	25.252	58,6	43.126	39,6
1987	18.161	18,2	81.473	81,8	99.634	91,5
1988	-	-	130.170	100,0	130.170	119,5
1989	1.104	1,7	63.790	98,3	64.903	59,6

FONTE: Execução Física do Orçamento-Programa - SEPL

Deflador: IGP-DI(FGV)

Apesar de esta análise ser bastante genérica, é importante destacar que, com relação aos programas sociais selecionados, existem algumas diferenças básicas, de acordo com sua natureza. No caso dos programas de educação e saúde, tem-se a produção direta de serviços à população, nos quais os custos operacionais assumem importância estratégica com relação aos níveis e à qualidade do atendimento prestado. No caso dos programas de saneamento, a questão crucial encontra-se no montante de recursos correspondentes a investimentos. Finalmente, no caso de programas habitacionais, não se verifica uma produção contínua de serviços e não há custeio nem reposição dos investimentos feitos anteriormente. Outras variáveis passam a afetar o montante de recursos a serem aplicados no programa, tais como custo e disponibilidade de terrenos, custo da construção e tecnologia empregada, variáveis que vão estabelecer parâmetros técnicos a serem considerados na programação do setor.

O volume dos gastos sociais depende de duas variáveis exógenas, a saber, o montante dos recursos arrecadados pelo Tesouro do Estado e a vontade política dos governantes. Do exposto, conclui-se que na década passada, em virtude da sucessão de momentos de crise alternados com planos de estabilização econômica, o comportamento da receita pública não permitiu acréscimos significativos no volume do gasto social. Por outro lado, a prioridade dada pelo governo paranaense aos gastos com infraestrutura econômica (estradas, hidroelétricas e agricultura) não contemplou o social.

Para os anos 90, o cenário que se desenha para a economia não apresenta nada de promissor: o quadro é de recessão, desemprego, arrocho salarial, falências e concordatas, o que só agravará a difícil situação já enfrentada pela população e fará crescer a

demanda pelos serviços sociais já deficitários. Para fazer frente a essa necessidade de ampliação dos gastos sociais, se não se puder contar com acréscimos na receita pública e houver a intenção de melhorar as condições sociais da população, será preciso dar prioridade política à orientação dos gastos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ASPECTOS da mortalidade por doenças imunopreveníveis. Dados. Rio de Janeiro : FIOCRUZ, out. 1989.
- 2 BALANÇO GERAL DO ESTADO; 1980, 1981, 1982, 1983, 1984, 1985, 1986, 1987, 1988, 1989. Curitiba : SEFA, 1981-1990.
- 3 BRASIL. Constituição : República Federativa do Brasil. Brasília : Senado Federal, 1988.
- 4 BRASIL. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento. Departamento do Tesouro Nacional. Execução orçamentária dos estados e municípios das capitais 1980-1989. Brasília, 1990. 284p.
- 5 BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Dimensão, estrutura e evolução do gasto social consolidado do governo: 1976-1984. In:----- . Projeto: A Política Social em Tempo de Crise: Articulação Institucional e Descentralização. Brasília : MPAS, 1989. 4v. v.4 Brasil : Indicadores selecionados.
- 6 DOUSTDAR, Neda Mohtadi, VILLA VERDE, Valéria. Mortalidade : uma questão para o planejamento. Análise Conjuntural, Curitiba v.12, n.5, p.1-4, maio 1990.
- 7 EXECUÇÃO FÍSICA DO ORÇAMENTO-PROGRAMA; 1983,1984,1985, 1986, 1987, 1988, 1989. Curitiba : SEPL, 1984-1990.
- 8 FUNDAÇÃO IBGE. Censo demográfico Paraná 1980. Rio de Janeiro, 1983.
- 9 ----- . Síntese dos indicadores da pesquisa básica da PNAD de 1981 a 1989. Rio de Janeiro, 1990.
- 10 HENRIQUES, Maria Helena, STRAUSS, John, THOMAS, Duncan. Mortalidade infantil, estado nutricional e características do domicílio : a evidência brasileira. Pesquisa e Planejamento Econômico, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.427-482, dez.1989.
- 11 INDICADORES EDUCACIONAIS DO ENSINO REGULAR DE 1º e 2º GRAUS DO ESTADO DO PARANÁ. 1983/84, 1984/85, 1985/86, 1986/87, 1987/88. Curitiba : FUNDEPAR, 1986-1989.
- 12 INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Instituto de Planejamento. Para a década de 90 : prioridades e perspectivas de políticas públicas: políticas sociais e organização do trabalho. Brasília, 1990. 293p.
- 13 ----- . As prioridades sociais e as restrições financeiras : o caso do Paraná. Curitiba, 1984. 2v. Convênio SEPL, IPARDES.
- 14 ----- . Programas sociais na Região Metropolitana de Curitiba :

- demandas sociais e gastos públicos em habitação, saneamento, saúde e educação. Curitiba, 1988. 122p. Convênio SEPL, SAREM, IPARDES.
- 15 ----- Services públicos e política de saúde : documento n.1: saúde na perspectiva do município - planejamento e execução.
  - 16 IPARDES-FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Services públicos e política de saúde : documento n.3: indicadores de saúde: mortalidade no Paraná. Curitiba, 1991. 153p.
  - 17 PARANÁ. Constituição do Estado do Paraná. Curitiba : s.n., 1989. 96p.
  - 18 PEREIRA, Lucas. Situação e desempenho do sistema educativo no Paraná. s.n..t. 27p.
  - 19 PERFIL estatístico de crianças e mães no Brasil : sistema de acompanhamento da situação sócio-econômica de crianças e adolescentes; 1981-1983-1986, 1987. Rio de Janeiro : IBGE, 1988-1990.
  - 20 PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS; 1981, 1983, 1984, 1986, 1987, 1988, 1989. Rio de Janeiro : IBGE, 1982-1990.
  - 21 POSSAS, Cristina. Epidemiologia e sociedade : heterogeneidade estrutural e saúde no Brasil. São Paulo : HUCITEC, 1989. 271p.
  - 22 REGIÕES Metropolitanas : violência na vida e na morte. Dados. Rio de Janeiro : FIOCRUZ, n.14, p.1-15, dez. 1990.
  - 23 RELATÓRIOS DE MORTALIDADE. Curitiba : FSCMR, 1980-1987.
  - 24 RODRIGUES, Roberto do Nascimento. A dinâmica demográfica da Região Sul e seus fatores determinantes : documento síntese. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4, 1984, Águas de São Pedro. Anais. São Paulo : ABEP, 1986. 4v. v.4, p.1949-1988.
  - 25 SIMÕES, Celso Cardoso da Silva, ORTIZ, Luiz P. A mortalidade infantil no Brasil nos anos 80. Rio de Janeiro : IBGE, 1988. 36p. (Texto para discussão, v.1, n.7).
  - 26 TIGRES asiáticos : exemplo para educação. O Estado do Paraná, Curitiba, 9 dez. 1990. p.8.
  - 27 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Núcleo de Estudos em Políticas Públicas. Brasil 1986 : relatório sobre a situação social do país. Campinas, 1986. 341p.
  - 28 VETTER, David Michael. Problemas conceituais e operacionais na avaliação da "adequação" das condições residenciais através de indicadores elaborados com dados dos Censos e da PNAD's. Revista Brasileira de Estatística, Rio de Janeiro, v.42, n.168, p.283-314, out./dez.1981.